

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Art JUAN IGNACIO **BASABE**

**O processo de securitização internacional sobre a Amazônia e a
resposta do Brasil**



Rio de Janeiro

2021

Maj Art JUAN IGNACIO **BASABE**

O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA E
A RESPOSTA DO BRASIL
(PROJETO DE PESQUISA)

Texto apresentado como Projeto de Pesquisa de
Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-
Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira
Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do
Exército, como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Ciências Militares

Orientador: Dr Rubens De S DUARTE

Rio de Janeiro

2021

Maj Art JUAN IGNACIO **BASABE**

O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA E
A RESPOSTA DO BRASIL
(PROJETO DE PESQUISA)

Texto apresentado como Projeto de Pesquisa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares

Aprovado em ____ de _____ de 2021.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Rubens de Siqueira Duarte – Prof Dr – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Jairo Luiz Fremdling Farias Junior – Maj Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Joel Henrique Fonseca De Ávila – Maj Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RESUMO

A securitização é o processo pelo qual uma questão é considerada como uma ameaça à segurança por as elites de condução dos Estados e que tem a aprovação da opinião pública. Logo depois são levadas adiante diferentes políticas que não são feitas com os procedimentos e estâdares normais. O conceito de segurança e as ameaças à segurança dos estados foram evoluindo com o passar do tempo e com maior velocidade após o fim da Guerra Fria afastando-se do conceito tradicional westfaliano. A mudança climática, a escassez de alimento e de recursos naturais caracterizam algumas das ameaças atuais aos Estados e o âmbito onde podem se encontrar não é restrito a fronteira do país senão que pode ser na sua área de influência ou fora dela. Essas ameaças devem ter características particulares para que sejam plausíveis de ser securitizadas. Para mitigar as ameaças são utilizados os processos de securitização. O meio ambiente e os recursos naturais têm sido internacionalmente securitizados, a Amazônia brasileira tem estreita ligação aos mencionados processos de securitização porém o Brasil terá um agir determinado perante ditos processos.

Palavras Chave: Securitização – Meio Ambiente - Recursos Naturais – Amazônia

ABSTRACT

Securitization is the process by which an issue is considered a threat to security by the elites of States and which has the approval of public opinion. Soon after, different policies are carried out that are not done with normal procedures and standards. The concept of security and threats to state security evolved over time and with greater speed after the end of the Cold War, moving away from the traditional Westphalian concept. Climate change, the scarcity of food and natural resources characterize some of the current threats to the States and the scope where they can be found is not restricted to the country's border, but it may be in its area of influence or outside it. These threats must have particular characteristics if they are to be plausible to be securitized. Securitization processes are used to mitigate threats. The environment and natural resources have been internationally securitized, the Brazilian Amazon has close connection to the aforementioned securitization processes but Brazil will have a determined action before these processes.

Keywords: Securitization - Environment - Natural Resources - Amazon

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Contexto espaço-temporal.....	4
---	---

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: CRONOGRAMA DE PESQUISA.....	9
---------------------------------------	---

LISTA DE ABREVIATURAS

EIS ESTUDIOS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA

EC ESCOLA DE COPENHAGUE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	5
1.2. OBJETIVOS.....	5
1.2.1. Objetivo Principal.....	5
1.2.2. Objetivos Específicos	5
1.3. SUPOSIÇÃO.....	6
1.4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	6
1.5. RELEVÂNCIA DO ESTUDO	7
1.6. ESTRUTURA DA PESQUISA	7
1.6.1. Estrutura Geral	9
1.6.2. Esquema gráfico da pesquisa	9
1.6.3. Cronograma de pesquisa	9
2. MARCO TEÓRICO	10
2.1.A ESCOLA DE COPENHAGUE E SEU ENFOQUE.....	10
2.2. A NOVA LEITURA DA SECURITIZAÇÃO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA	13
2.3. NIVEIS DE ANÁLISE E SETORES	20
2.4. A SECURITIZAÇÃO, UM CONCEITO CONSTRUTIVAMENTE DEBATIDO.....	24
2.5. ESTUDOS EMPIRICOS.....	33
2.6. AGENDAS DE INTERESSE	45
3. METODOLOGIA	51
3.1. TIPO DE PESQUISA	51
3.2. COLETA DE DADOS	51
3.3. TRATAMENTO DOS DADOS	51
4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Copenhague (EC) surgiu na década de 1980, sua criação demarca-se no contexto do terceiro debate interparadigmático das Relações Internacionais o qual contribuiu na extensão do conceito de segurança, apresentado uma nova versão da securitização, a primeira vez que o conceito foi apresentado estava sob a órbita da economia e finanças e foi referido a assinatura, feita pelo Salomon Brothers, da primeira garantia hipotecária convencional de transferência publicada no Wall Street Journal em 1977 (KENDALL, 1996). Os criadores dessa escola aprofundaram e expandiram sobre os estudos de segurança baseados em algumas premissas da tradição realista e da tradição construtivista da Relações Internacionais, outorgando uma nova leitura da securitização que vinha acontecendo antes de ser apresentada formalmente (SILVA, 2017). Essa nova leitura da securitização, trazida pela EC e eixada com a segurança, considera que as ameaças à segurança são socialmente construídas e que existem outros objetos que podem ter sua segurança ameaçada além dos Estados, porém o que será considerado uma ameaça como assim também o peso que será outorgue a ela será produto dessa construção social (BISWAS, 2011; BUZAN, WEAVER, & DE WILDE, 1998; TANNO, 2003; VERDES, 2015; WAEVER, 2011).

Processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança (WAEVER, 1995). O conceito de securitização também envolve discursos usados pelas elites dominantes e como eles representam uma ameaça que deve ser tratada urgentemente. Este discurso deve ser tomado como válido pelo público, caso contrário, é improvável que o processo tenha sucesso (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). Segundo Weaver trabalhar em termos de segurança e identificar uma ameaça significa que alguma coisa deverá ser feita, que serão tomadas as medidas necessárias para responder à ameaça.

Neste processo de securitização apresentado pela Escola de Copenhague há duas características principais para o entendimento de porque se produz o que os autores do "Security: A New Framework of Analysis" chamam de "security move" desde o agente securitizado a audiência. A primeira é a natureza do ato de fala e a

segunda é o seu caráter intersubjetivo (VERDES, 2015). O ato de fala constitui um dos aspectos fundamentais que a securitização introduz nos EIS. Baseado na premissa que o discurso não é neutro e que ao falar de ameaças também há uma intencionalidade determinada haverá uma recepção particular na audiência, no tocante a securitização reveste particular relevância já que se trata de questões sensíveis aos seres humanos e terminará trazendo a imagem do antagonismo amigo/inimigo legitimando o emprego das medidas necessárias para mitigar a ameaça.

Face a agenda ambiental e principalmente a mudança climática existe na academia diferentes versões no tocante a se a mudança climática é uma ameaça ou uma questão que potencializa outros aspectos gerando conflito. Pode ser apresentado como que a mudança climática gera escassez de recursos e, porém, a citada escassez traz os conflitos sociais, ou que as interações sociais, políticas econômicas geram, em parte, mudanças climáticas que produziram efeitos colaterais que desencadearam em conflito (LOPEZ, 1999). Estes dois modos de enxergar a relação entre a mudança climática e o conflito está marcada na academia e não há consenso ao respeito (MCDONALD, 2018; SALEHYAN, 2008), há quem acredite que a mudança climática, como tal, não cria conflitos, mas o que as causas são os fatores humanitários associados a ela (DE SOUZA BOENO, BOENO, & MARQUES, 2015; DUPONT, 1998; HIDALGO GARCÍA, 2014). Estabelecer a relação direta entre mudança climática e conflito não é simples (BRZOSKA & FRÖHLICH, 2016), embora já existam vários estudos que estão fornecendo dados que tentam dar solidez a essa relação, como por exemplo os cinco informes de avaliação (AR1/AR2/AR3/AR4/AR5) feitos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) desde o ano 1990.

Na lógica do tema debatido e no tocante a soberania do Estado em matéria ambiental há duas correntes opostas em relação ao fortalecimento ou degradação dela. A primeira diz que a soberania está se debilitando face uma relação antiética entre soberania e ecologia já que os processos ambientais são de natureza transnacional e os Estados se limitam em suas ações (ETCHEGOYEN, 2015; BUSBY, 2021; CNA, 2007; FERREIRA MACHADO, FERREIRA MACHADO, & PONTES, 2019). A outra linha tem a ótica que a soberania não é debilitada e até

pode ser fortalecida já que a criação de organismos multilaterais coloca o Estado no centro da questão fortalecendo sua atuação (CONCA, 1994; LOPEZ, 1999).

Fazendo uma abordagem da agenda de recursos naturais, perceberemos também que ela está intrinsecamente ligada a agenda ambiental. O debate inicial sob a ótica dos recursos naturais, inicialmente na década de 1950 era no tocante a soberania dos recursos e o reparto dos benefícios, já na década dos 90 o foco muda a os modos de exploração dentro internacionalização das questões ambientais (SÁNCHEZ ALVAVERA, 1993), o que abre a porta ao dilema do balanço entre o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental (SCHAPER, 1991). Em matéria de sustentabilidade, percebe-se dentro dos debates a preocupação existente de que os países em vias de desenvolvimento demonstram ineficiência na planificação e gerenciamento de sua vida econômica, social e tecnológica o que pode levar a um uso predatório do ecossistema e um emprego não sustentável dos recursos naturais (BORRELL, 2008; DE SOUZA, 2019; URT & PINHO, 2010) (FERREIRA MACHADO, FERREIRA MACHADO, & PONTES, 2019)

Dos estudos empíricos pode se apreciar dois aspectos de relevância que obstaculizam o que tange a realização de aplicação empírica do conceito de securitização. O primer problema achado na academia é no tocante a identificação da audiência a que foi proferido o security move, como assim também estabelecer se dita audiência tem aceitado o discurso do agente securitizador. Deste aspecto elencado desprende-se, porém, a dificuldade de poder demonstrar que o assunto mudou do estado de politizado a securitizado e que foi atingido o patamar desejável para estabelecer uma plataforma que possa ser empregada para pôr em execução as medidas necessárias. O segundo problema, e referido a produção acadêmica como assim também da área geográfica de interesse do que se referem. Neste sentido, a maior produção acadêmica está destinada à sistematização do conceito de securitização o que reflete na pesquisa tanto positiva como negativamente, o ponto positivo é que irá trazer de antemão, as diferentes posturas que há na academia no tocante a matéria, no entanto os estudos que procuram estabelecer empiricamente têm tido uma menor produção. No tocante à área de interesse, América Latina não conta com muitos estudos de casos que possam fornecer orientações ao respeito da aplicação teórica no contexto latino-americano. Dos casos achados pode se observar que a maior parte deles analisam processos de securitização regionais,

mas que fazem parte dos conhecidos processos de macro securitização, sejam no tocante à Guerra ao Terror e narcotráfico.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

¿ De que maneira se dá o processo de securitização Internacional na Amazônia e como a resposta do Estado Brasileiro é configurada no período de 1990 até 2015?

1.2. OBJETIVOS

Conforme explica Vergara (1998, p. 25), “se o problema é uma questão a investigar, o objetivo é um resultado a alcançar. O objetivo final, se alcançado, dá resposta ao problema. Objetivos intermediários são metas de cujo atingimento depende o alcance do objetivo final”. Desta forma, estabeleceu-se, para o presente trabalho, os seguintes objetivos:

1.2.1. Objetivo Principal

Desvelar como se dá o processo de securitização internacional na Amazônia e como a resposta do Brasil é configurada no período de 1990 até 2015.

1.2.2. Objetivos Específicos

No intuito de atingir o objetivo geral acima descrito, se propõem os seguintes objetivos específicos intermediários que alcançados sequencialmente facilitaram o arribar ao objetivo geral.

- Objetivo Específico 1: Desvelar da agenda internacional as ameaças que são tratadas como questões de segurança em matéria ambiental e com reflexos nos recursos naturais da água e florestas na região da Amazônia desde 1990 até 2015.

- Objetivo Específico 2: Identificar qual delas constituíram-se como processos de securitização exitosos e que convergiram na região amazônica desde as agendas selecionadas no âmbito internacional no período estabelecido.

- Objetivo Específico 3: Inferir de que modo são levados adiante os processos de securitização pelos atores do tabuleiro internacional.

- Objetivo Específico 4: Analisar a resposta do Brasil aos processos de securitização elencados no período de 1990 até 2015.

1.3. SUPOSIÇÃO

Desde o contexto internacional a Amazônia é securitizada por questões ambientais, de recursos naturais e de migrações por parte de atores chaves do tabuleiro internacional.

1.4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A Presente pesquisa abrange, desde o ponto de vista temporal, a apresentação do aporte feito pela Escola de Copenhagen aos Estudos de Segurança por meio da Teoria da Securitização.

Além disso e no período balizado pelos anos 1990 até 2015 serão analisadas a agendas internacionais ambiental e de recursos naturais (agua e florestas) no intuito de identificar as ameaças que foram securitizadas com reflexo na área de espaço geográfica delimitada a Amazônia Brasileira.

Ainda nessa mesma faixa temporal, e por meio dos organismos governamentais do Estado do Brasil e suas manifestações se procuraram os documentos que possam desenhar a resposta do Estado.

Desde o ponto de vista do espaço geográfico e por conta de o estudo se referir a processos terá três pontos iniciais e um ponto de finalização. Como ponto principal de convergência e finalização dos processos de securitização, e como foi mencionado anteriormente, o estudo estará delimitado a Amazônia Brasileira. Já os espaços geográficos que balizam os pontos iniciais serão as agendas ambientais, de recursos naturais e de migração.



Gráfico 1: Contexto espaço-temporal – Elaboração Própria

No que se refere à bibliografia e documentos a analisar, serão empregados documentos de diferentes tipos, delimitados espacial e temporalmente face as condicionantes explanadas anteriormente. Embora cada objetivo específico terá uma particularidade no referente a documentos a serem empregados, que será desenvolvida no capítulo de metodologia, principalmente trabalharemos com documentos acadêmicos sejam de teoria ou debate referido a temática, documentos oficiais de Estados e Foros¹ e os discursos realizados, nos diferentes âmbitos, pelos referentes nas agendas ou do Brasil.

1.5. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A presente investigação persegue a intenção de desvelar como se dá o processo de securitização internacional na Amazônia e como é resposta do Brasil no período de 1990 até 2015, de modo que sirva como um aporte no âmbito regional a futuros estudos de outras áreas de interesse na América Latina, servindo de base para apresentar como os processos de securitização são projetados.

Permite ainda, aprofundar mais na importância que a região de estudo tem no âmbito internacional e regional em termos meio ambientais e de recursos naturais, tentando estabelecer a relevância que o âmbito internacional da ao objeto de estudo como assim também tentar desvelar o agir do Estado brasileiro, de modo que possa ser analisado por outros países face a plausíveis processos de securitização no futuro.

1.6. ESTRUTURA DA PESQUISA

1.6.1. Estrutura Geral

A dissertação será do tipo monográfica e estruturada em base a oito capítulos, que em uma sequência lógica tentará fornecer os conceitos específicos como assim também o desenvolvimento necessário para atingir os objetivos propostos e por fim chegar ao objetivo final dando resposta ao problema apresentado. Conforme o expressado a estrutura proposta é a seguinte:

¹ Foro: De acordo com a Real Academia Espanhola, 1) Instituição ou meio onde ocorre um fórum, 2) Encontro de pessoas competentes em determinado assunto, que discutem certas questões perante um auditório

Capítulo 1: Introdução. Abordaram-se a as questões pertinentes à introdução da pesquisa, a questão de estudo, o objetivo principal e os objetivos secundários identificados, a delimitação espaço-temporal do estudo, como assim também sua relevância e, por último, a estrutura de pesquisa.

Capítulo 2: Marco Teórico. Neste capítulo será abordado todo o referencial teórico, com sua evolução, necessário para fornecer os fundamentos acadêmicos para o posterior desenvolvimento da pesquisa. Apresentara-se o conceito de Securitização como o aporte feito pela Escola de Copenhagen (EC), como assim também o debate existente na academia nesta matéria, para justificar o complemento que será incluso ao conceito aporte inicial feito pela EC, para posteriormente poder definir o que iremos a entender pelos conceitos de Segurança, Ameaça, Securitização, Desecuritização, Atos de Fala, Setores de Segurança e Níveis de análise.

Capítulo 3: Metodologia. Neste capítulo será desenvolvido o tipo de pesquisa, a coleta e tratamento dos dados e o esquema de pesquisa.

Capítulo 4: As ameaças nas Agendas Internacionais. Este capítulo terá por finalidade desvelar das agendas internacionais ambientais e de recursos naturais aquelas ameaças que além de receber tratamento como questões de segurança tem reflexo na região da Amazônia Brasileira. Para isso será feito uma análise das mencionadas agendas identificando quais objetos de referência tem sua segurança ameaçada.

Capítulo 5: Processos de securitização na região amazônica. O capítulo procurará identificar os processos de securitização que convergem na região da Amazônia brasileira: Por tanto, se identificará de aquelas ameaças que tiveram tratamento como questões de segurança as que possuíram as características de um processo de securitização. Serão empregadas para isso as características elencadas no marco teórico.

Capítulo 6: A motorização dos processos de securitização. Neste capítulo, se procurará inferir de que maneira são levados adiante os processos de securitização desde o cenário internacional até a região amazônica. Nessa linha de razoamento, mediante o emprego de aquelas ameaças que efetivamente além de ter recebido tratamento como questão de segurança e deter as características elencadas para

qualificar como processo de securitização, serão observadas por meio do prisma da análise de discurso e a teoria de como são securitizados os setores de segurança.

Capítulo 7: A resposta do Estado Brasileiro: o capítulo pretende estabelecer como é a resposta do Estado Brasileiro face aos processos de securitização efetivamente elencados na região amazônica. Se procurará, por meio do método deductivo, estabelecer se o Brasil, face ao determinado nos capítulos anteriores tem uma resposta cooperativa ou competitiva nos mencionados processos de securitização participando por meio da securitização, dessecuritização ou politização nos níveis global, regional e local.

Capítulo 8: Conclusões. Nesta seção final da pesquisa, serão abordadas as considerações finais, com base nos aspectos relevantes levantados nos capítulos 4 a 7.

1.6.2. Esquema gráfico da pesquisa

No intuito de organizar e balizar as atividades mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa confeccionou-se um esquema gráfico tentando esclarecer os principais termos para garantir o processo.

1.6.3. Cronograma de pesquisa

Quadro 1 – Cronograma de Pesquisa.

Atividade	2019			2020		
	Abr / Mai	Jun / Ago	Set / Dez	Jan / Mar	Abr / Jul	Ago / Nov
Confecção do pré-projeto de pesquisa	X					
Depósito do pré-projeto de pesquisa	X					
Levantamento e Seleção de bibliografia	X	X	X	X	X	
Depósito do Projeto de Pesquisa	X	X	X			
Pesquisa bibliográfica e documental	X	X	X	X	X	
Análise e Consolidação dos	X	X	X	X	X	

Atividade	2019			2020		
	Abr / Mai	Jun / Ago	Set / Dez	Jan / Mar	Abr / Jul	Ago / Nov
dados bibliográficos						
Análise dos dados da pesquisa	X	X	X	X	X	
Qualificação				X		
Confecção dos capítulos			10%	30%	70%	100%
Confecção da conclusão					30%	100%
Avaliação pela banca						X
Depósito da Monografia						X

Fonte: o Autor.

2. MARCO TEÓRICO

No intuito de construir o marco referencial teórico pertinente para a pesquisa, a continuação serão abordados os conceitos considerados determinantes para a mesma como assim também para o entendimento desde o qual ótica e segundo quais autores será abordada.

2.1. A ESCOLA DE COPENHAGUE E SEU ENFOQUE

Como primeiro aporte necessário para a confecção da pesquisa, considera-se importante apresentar a Escola de Copenhague (EC) e o conceito retrabalhado por ela, como também e, desde o campo das Relações Internacionais, o enfoque que ela tem já que do debate entre os racionalistas (realistas e liberais) e construtivistas e de construtivistas entre si estabelece o contexto de desenvolvimento da EC (GUEDES DUQUE, 2008). Para isso inicialmente se destacará a origem inicial do conceito, seguidamente do entendimento o geral que a EC tem sobre a securitização, ressaltar as principais diferenças que o enfoque dela tem com outras correntes das Relações Internacionais e por último baseado nas vertentes dos estudos de segurança segundo Barry Buzan estabelecer onde a EC se encontra.

Desse modo tentar ministrar a introdução necessária para o posterior entendimento da pesquisa e do marco referencial teórico.

A Escola de Copenhague (EC) surgiu na década de 1980, sua criação demarca-se no contexto do terceiro debate interparadigmático das Relações Internacionais o qual contribuiu na extensão do conceito de segurança, apresentado uma nova versão da securitização, a primeira vez que o conceito foi apresentado estava sob a orbita da economia e finanças e foi referido a assinatura, feita pelo Salomon Brothers, da primeira garantia hipotecaria convencional de transferência publicada no Wall Street Jornal em 1977 (KENDALL, 1996). Os criadores dessa escola aprofundaram e expandiram sobre os estudos de segurança baseados em algumas premissas da tradição realista e da tradição construtivista da Relações Internacionais, outorgando uma nova leitura da securitização que vinha acontecendo antes de ser apresentada formalmente (SILVA, 2017). Essa nova leitura da securitização, trazida pela EC e eixada com a segurança, considera que as ameaças à segurança são socialmente construídas e que existem outros objetos que podem ter sua segurança ameaçada além dos Estados, porém o que será considerado uma ameaça como assim também o peso que será outorgue a ela será produto dessa construção social (BISWAS, 2011; BUZAN, WEAVER, & DE WILDE, 1998; TANNO, 2003; VERDES, 2015; WAEVER, 2011). Isso nos leva inicialmente a uma visão Construtivista onde a premissa fundamental desta corrente nos diz que tudo o mundo é uma construção social (ONUF, 1989), nessa linha de raciocínio e elencando um princípio fundamental das Relações Internacionais que versa sob a anarquia do sistema internacional Wendt nos traz a ideia de que a anarquia é o que os estados fazem dela (WENDT, 1992) o que reflete na mutua relação de construção entre os agentes e a estrutura do sistema internacional. Outro ponto de destaque nesta visão construtivista é que a segurança é vista como uma arena onde acontece a negociação e a disputa, sendo a negociação a que ocorre entre os líderes e as audiências e a disputa que acontece entre os atores que fazem bosquejos dos valores e como deveríamos atuar de acordo com eles, a identidade e as normas são consideradas fundamentais para o entendimento da segurança como também para o agir político (WILLIAMS, 2008), a Escola de Copenhagen neste eixo construtivista vai se diferenciar pelo seu trabalho que tenta demonstrar como se dá sentido à segurança por meio de processos intersubjetivos.

O mencionado enfoque contrasta de outras visões das RI, por exemplo do Realismo principalmente em que o a realidade não pode ser modificada pela vontade se não que é preciso enxergar as coisas como realmente são (CARR, 2004). Outros pontos de discordância poderemos achá-las nas ideias de textos considerados pelos realistas como Maquiavel e Hobbes no tocante ao papel central do Estado que terá por fim último e principal garantir sua sobrevivência por meio do exercício do poder (TUCÍDIDES, 1998) (HOBBS, 1651). Pode se achar outra diferença no tocante a que neste enfoque que a negociação elencada no construtivismo entre as elites e a audiência tem pouca incidência em matéria de segurança (CAMPBELL, 1992).

No entanto a EC a tem concordância com parte do arcabouço da Escola Inglesa no sentido que as Relações Internacionais são uma prática social que pode ser construída (REUS-SMIT & SNIDAL, 2008), divergem, sob prisma construtivista, que o poder não tem o rol central nessa construção social como também no tocante ao rol predominante do Estado embora existam outros atores como é apresentado pela Escola Inglesa (NOGUEIRA, 2005). Ainda tenham divergência poderemos achar um ponto de conexão parcial no sentido que a realidade pode ser construída desde o linguístico e o sociológico (CARR, 2004), no entanto não todos os referentes aderiram a chamada virada linguística, Barry Buzan um dos integrantes da EC considera ao Hedley Bull e a Escola Inglesa como precursores do Construtivismo , mas no caso do Bull ele faz questão de o emprego do poder de persuasão como médio de agir nessa construção social (BULL, 2002), agora para referentes construtivistas como Onuf, que traz na sua obra a teoria do ato de fala de Austin, o discurso não é apenas uma ferramenta de ação se não que é a própria ação (ONUF, 1989; NOGUEIRA, 2005).

Apresentada estas questões que permitem ter a primeira noção do enfoque que a EC tem no contexto das RI e que fornecem o mínimo necessário para introduzir ao leitor, segundo o trabalho feito pela Guedes (2008) as três vertentes elencadas pelo Buzan (1997), no tocante aos estudos de segurança são a tradicionalista, a crítica e a abrangente. Na primeira encontramos aos racionalistas, foi trazido unicamente o prisma realista nos parágrafos anteriores, caracterizada pelo estadocentrismo e que embora enxerga as ameaças de um modo objetivo é ciente dos problemas que as percepções dos tomadores de decisões podem trazer.

A vertente crítica que considera que as ameaças tanto como os objetos de segurança são socialmente construídas e que normalmente procura a emancipação do indivíduo. Por último a vertente abrangente onde situa-se a Escola de Copenhague, que se caracteriza por defender o alargamento do conceito de segurança baseado na existência de ameaças não militares e definir a segurança como um ato de fala (GUEDES DUQUE, 2008). Pelo apresentado anteriormente a Escola de Copenhague apresentasse como uma lente intermediária entre a corrente racionalista realista e a construtivista que abre uma nova agenda de pesquisa (OROZCO, 2015; TANNO, 2003; VERDES, 2015; WILLIAMS, 2008).

2.2. A NOVA LEITURA DA SECURITIZAÇÃO NO CONTEXTO DA SEGURANÇA

A presente seção tem por finalidade introduzir, por meio da evolução do conceito de segurança, duas questões. A primeira destacar qual é o conceito de segurança adotado pela EC e a segunda, apresentar o contexto no qual forjou-se o principal aporte trazido pela EC conhecido como securitização. Inicialmente, irei apresentar o conceito de segurança adotado pela EC para logo discorrer, de modo combinado, entre o aporte feito pela EC e a evolução do conceito de segurança.

A Escola de Copenhague adotou o conceito amplo de segurança, outros atores também pregam nesse conceito Tinker e Booth concordam que a ampliação do conceito irá trazer vantagens no tocante ao entendimento das ameaças, produto realidade internacional pós-Guerra Fria, e, porém, ajudar no desenho de modos para garantir uma melhor segurança internacional (BOOTH, 1991; TINCKER, 1995; WALT, 2007). Nessa linha de abandonar o estadocentrismo da segurança e a ampliação do conceito, Richard Ullman já no ano 1983 criticava o foco dos estudos de segurança propondo que questões meio ambientais sejam inclusas (ULLMAN, 1983), incluso anos antes produz um artigo onde foca-se principalmente na segurança do indivíduo entendendo ela como a possibilidades de eles “dispor de um mínimo de alimentação, moradia, saúde e educação” (ULLMAN, 1980, pág. 212), além disso elenca que qualquer intento de fazer do mundo um lugar mais seguro será feito embora a persistência da noção tradicional. David Baldwin (1996), destacava a necessidade de clarificar os estudos de segurança já que a visão

estadocêntrica baseada no realismo não era suficiente para explicar a realidade atual. Embora ele compartilhe e adira ao conceito amplo de segurança discorda da Escola de Copenhague como assim também do Ullman. Face ao Buzan critica que embora ele tenha tentado conceitualizar a segurança, faz uma mistura entre a análise conceitual e observações empíricas (BALDWIN, 1997, pág. 7) e com base no Ullman, critica o aporte em virtude de que não conceitualizar primeiramente o que é segurança antes de se perguntar quanto estamos dispostos a renunciar para obter mais segurança, ou dizer que não perceberemos o que é segurança até estarmos ameaçados de perder alguma coisa, torna difícil saber se estarmos ameaçados já que não termos um conceito prévio do que a segurança é (BALDWIN, 1997, pág. 8). Esta versão ampla da segurança como será apresentado posteriormente por meio dos aportes feitos pela EC e a evolução da segurança constitui o enclave onde o conceito de securitização irá se forjar. Estes processos irão gerar debates no tocante a profundidade da segurança tomando o caminho que leva a o homem como o objeto a segurar se afastando do caminho andado pela disciplina onde o Estado tinha esta posição de destaque por um lado e por o outro a abrangência do conceito de segurança que terá reflexos na seleção das temáticas que poderão ser consideradas como questões de segurança.

A origem do conceito securitização podemos encontrá-lo no berço da Escola de Copenhague, e sua explanação e abordagem principalmente no texto “Security: A New Framework of Analysis” publicado no ano 1998 pelos autores Buzan, Weaver e De Wilde. O conceito de securitização vai nos fornecer face a outros modos de entender a segurança, sejam eles objetivo ou subjetivo, uma concepção discursiva da segurança. Por esse fato será que as ameaças à segurança serão produto das construções sociais de nosso conhecimento e dos atos de fala que as apresentam como tais (VERDES, 2015). Para os autores da EC a evolução dos Estudos Internacionais de Segurança (EIS) foi pela mudança de três fatores, dentre eles o conceito chave de segurança e que nos debates de segurança começou se procurar atingir outros aspectos para neutralizar ao inimigo, por exemplo sua economia (BUZAN & HANSEN, 2009). Esta evolução foi mais proeminente após II Guerra Mundial e com maior ênfase após a queda do Muro de Berlim tomando esse fato como o marco simbólico do fim da Guerra Fria (BUZAN, WEAVER, & DE WILDE, 1998, SILVA, 2017; TANNO, 2003; WILLIAMS, 2008). Embora os acontecimentos

até 1989 aconteceram fora da Europa os reflexos deles focaram-se na Europa, eles representaram mudanças de tal envergadura que é apropriado falar do fim de uma era para o sistema internacional como um todo, parece ser que os historiadores o sinalam como o final do século XX. “As duas guerras mundiais, e a Guerra Fria que as sucedeu e o processo de descolonização que acompanhou começam a se parecer a um período histórico em se” (BUZAN, 1991, pág. 432). Segundo Barry Buzan e Lene Hansen o final da Guerra Fria alterou a agenda de segurança sofrendo mudanças sistêmicas seja nas perguntas como assim também nos atores que tem incidência na mencionada agenda. Com a intensidade no debate acadêmico dos EIS que transitam o processo de “deepening” aprofundamento e “widening” ampliação em conjunto com as correntes tradicionais (BUZAN & HANSEN, 2009) e que o conceito da securitização começara emergir. Aos processos de aprofundamento ligados a estudos no enfoque da segurança, ou seja quem tem sua segurança ameaçada, e ao processo de ampliação, focado no novo alcance dos estudos de segurança, ou seja meio ambiente, recursos naturais, etc, suma-se a dimensão transnacional dos assuntos (BISWAS, 2011)

Na ideia de Barry Buzan a segurança é considerada como “a perseguição da liberdade de ameaça e a habilidade dos estados e sociedades para manter sua entidade independente e sua integridade funcional contra forças de cambio que eles vejam hostil. A ideia central da segurança é a sobrevivência, mas é razoável incluir um grau substancial de preocupações sobre as condições de existência.” (BUZAN, 1991). No entanto, Ole Waever, uns dos pais fundadores da escola adiciona ainda que a segurança é falada em termos de ameaça – defesa, e o Estado tem o rol essencial em sua abordagem (WAEVER, *Securitization and Desecuritization*, 1995). O acréscimo feito pelo Weaver, ratifica o expressado pelo Buzan mas outorga ao Estado um rol de importância em matéria de segurança, embora esta frase poder ser considerada como Estado Centrica e que foi parte dos debates acontecidos, irá ser desenvolvido e aclarado quando sejam abordados os níveis de análise apresentados pela Escola de Copenhagen, ja reveste importância trazer o rol do Estado e sua capacidade de servir como nexos entre os diferentes níveis.

No momento que a Escola de Copenhague apresentou essa nova leitura da securitização o conceito de segurança humana encontrava-se em desenvolvimento

e tinha atingido um estágio de amadurecimento importante, mas não conclusivo. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 afirma que a segurança humana sempre teve dois componentes: “freedom from fear” o direito de não ter medo e “freedom from want” o direito a não ter necessidade como assim também estabelece que era a hora de fazer a transição do conceito de segurança nacional para o conceito mais amplo de segurança humana (PNUD, 1994). Nesse sentido abrange um amplo espectro que pode servir para a confecção de novas agendas de segurança como ser econômica, alimentar, saúde ambiental e política (PÉREZ FRANCO, 2016), no entanto outros investigadores acham que o conceito de segurança humana é impreciso e que além disso tem muitas definições normalmente amplas e vagas (PARIS, 2001) ou que se apresenta como uma palavra que repete o mesmo diagnóstico sem fornecer uma solução (DE WILDE, 2007). Embora o constante desenvolvimento de pesquisas e estudos referentes a segurança humana, não há na academia um consenso referente ao que deveria ser o core dos estudos nesta matéria (HAMPSON, 2008; MCDONALD, 2018; WILLIAMS, 2008). No entanto, atualmente há estudos que apresentam duas correntes no tocante a segurança humana, que se conhecem como enfoque amplo e enfoque restrito o primeiro focado no direito de não ter necessidade, com seu berço no informe da PNUD de 1994 e sustentada pela Comissão da Segurança Humana liderada pelo Japão e o restrito que foca-se no direito de não ter medo e que o seu olhar está com a proteção face a violência física no contexto dos conflitos onde a Rede de Segurança Humana motorizada pelo Canadá aparece como balizadora desta corrente (ARMIÑO, 2006). Na linha da do enfoque amplo poderemos citar a Mary Kaldor da London School of Economics, que apresenta um informe geograficamente localizado de segurança humana para Europa (BASEDAS, 2006). O enfoque restrito irá se configurar por conta dos debates acontecidos devido à dificuldade de implementação da Segurança Humana, na opinião do Keith Krause o conceito de Segurança Humana deve se focar restritamente porque o conceito amplo tem conotação negativa e termina se parecendo a uma “lista de compra” na medida que são elencadas ameaças à segurança uma leque de assuntos que até não estão interrelacionados dentre eles, além disso a segurança humana parece abranger tudo o que pode envolver uma ameaça ao bem-estar (KRAUSE, 2005, pág. 23) o que gerará, segundo o autor, uma perda de utilidade para os geradores

de políticas como assim também para os analistas (PARIS, 2001). Outros estudos decorrem o conceito falando que há três concepções da segurança humana pelos quais acontecem os debates atualmente, o primeiro baseado no direito natural a vida, liberdade e procura da felicidade e responsabilidade da comunidade internacional de proteger e promover os mencionados direitos, o segundo versa sob a visão humanitária e a importância de fortalecer o direito internacional no tocante a crimes de guerra, genocídios e tentar eliminar as armas que possam causar danos supérfluos, esta visão baliza o core das intervenções por parte da ONU. E por último, a terceira concepção que ampliando o horizonte, deve-se construir de modo que possa incluir danos econômicos, ambientais e sociais ao sustento e bem estar das pessoas (HAMPSON, 2008), nesta linha Armiño (2006) argumenta que o caráter multidimensional e amplo da segurança humana pode ser empregado como justificativa para a militarização das agendas de políticas públicas nacionais ou internacionais e de um mesmo modo como escusa na realização de intervenções humanitárias (ARMIÑO, 2006) (MARRONI, DE CASTRO, & VIOLANTE, 2019).

É preciso destacar as quatro características principais que esta nova dimensão da segurança abrange já que permite ter ideia do que o “aprofundamento” e a “expansão” deixaram no tabuleiro dos debates (PNUD, 1994), que foram os desencadeadores do debate apresentado no parágrafo anterior no tocante a Segurança Humana.

- A segurança humana representa uma preocupação universal
- Seus componentes são interdependentes
- A ação preventiva é mais eficaz do que o alívio de desastres.
- A segurança humana, ao contrário do conceito tradicional de segurança, foca na pessoa. Inclui condições de vida e a proteção das oportunidades que o indivíduo tem para escolher livremente suas condições de desenvolvimento.

O destaque destes aspectos versa em que ao dar ao indivíduo a posição de destaque como objeto de referência a ser segurado, o indivíduo constitui-se na chave para a segurança global, além disso que as ameaças não têm suas origens em fontes militares. Aliás quando ameaçada sua segurança em grande medida também fica ameaçada a segurança internacional (HAMPSON, 2008), Com foco na

nossa pesquisa e segundo Barbosa e De Souza (Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia p. 142 apud Rita Floyd 2008 p. 42) “a abordagem da segurança humana emerge como uma alternativa genuína para a abordagem de securitização, no sentido de complementá-la.”

Por último, no tocante à segurança humana é preciso estabelecer conforme ao mesmo informe a diferença que existe entre ela e o desenvolvimento humano. A segurança humana difere do desenvolvimento humano, na medida em que este é um conceito mais amplo que inclui o processo de expansão da gama de oportunidades disponíveis para o indivíduo, no entanto a segurança humana significa a possibilidade de exercer essas opções de jeito seguro e livre, tanto agora quanto no futuro (PNUD, 1994). Esta possibilidade de poder exercer opções a futuro, apresenta-se como o aporte mais interessante da segurança humana, já que como foi dito pelo Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon, “a segurança humana requer respostas focadas nas pessoas, amplas, adaptadas à conjuntura e preventivas” (PÉREZ FRANCO, 2016, pág. 9).

Os representantes da Escola de Copenhagen apresentam o conceito de segurança: “Security” is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization” (Buzan, Weaver, & de Wilde, 1998, pág. 23), eles continuam no aprofundamento estabelecendo que a segurança é uma questão autorreferencial, de modo que o ponto focal radica em que uma questão seja apresentada como ameaça “ Security is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue—not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat” (Buzan, Weaver, & de Wilde, 1998, pág. 24).

Indo além da evolução apresentada, o Centro para o Progresso Americano emitiu um relatório em junho de 2008 chamado "em busca da segurança sustentável", que vai criticar a política de segurança realizada pelos Estados Unidos e propor o modelo de Segurança Sustentável que consiste na soma de três conceitos. O primeiro, tradicional, refere-se à segurança nacional por entender como tal a capacidade de defender o Estado. O segundo diz respeito ao conceito de segurança humana, principalmente na busca pelo bem-estar das pessoas.

Finalmente, o terceiro pilar dessa segurança sustentável é a segurança coletiva que visa proteger os interesses compartilhados ao redor do mundo (CAP, 2008). O informe apresenta ainda um espectro temporal referido a os diferentes tipos de segurança falando em termos de estratégia ao dizer que as estratégias de segurança nacional são realizadas diante de ameaças tangíveis e próximas no tempo, enquanto aquelas relacionadas à segurança humana, voltadas para o bem-estar, assumem um horizonte de longo prazo. A segurança sustentável combina esses dois desafios defendendo os Estados Unidos e a humanidade global "não apenas porque é a coisa certa a fazer, mas porque nossa segurança exige" (CAP, 2008). Isso pode pressupor um agir global com uma ampla gama de atores ao se incorporar uma abrangência global e um modo coordenado por estar se falando de uma estratégia que precisa de um ordenamento lógico e harmônico na sua execução, já que como foi estabelecido pela resolução 66/290 da Assembleia General da ONU a segurança humana requer maior colaboração e associação entre governos, organizações internacionais e regionais e a sociedade civil (ONU, 2012).

Pelo apresentado pode-se apreciar o mencionado processo de ampliação e aprofundamento que o conceito de segurança discorreu, que tem sua dobradiça no final da guerra fria, atingindo no mencionado caminho mudanças na ótica do "objeto" e "sujeito" da segurança, ou seja quem deve ser segurado e quem deve fornecer a segurança respectivamente. Até o período da Guerra Fria, tanto o objeto como o sujeito da segurança era o Estado, já na era da pós-Guerra Fria, o "sujeito" da segurança serão o Estado e os atores não estatais e o objeto da segurança serão o Estado, a sociedade e o indivíduo (BARTOLOMÉ, 2006).

Como foi falado inicialmente nesta seção o intuito de apresentar a evolução do conceito de segurança como assim também a origem da nova leitura da securitização trazida pela EC, é necessário reforçar que a Escola de Copenhague adotou com conceito amplo de segurança, e seus autores definem que os problemas de segurança podem vir dos setores ambiental, econômico, político, militar e societal (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). Cabe destacar que no ano 2009 Lene Hansen apresentou um avanço na teoria ao adicionar mais um setor que por suas características deve ser tratado como um setor diferente, o setor Cibernético, embora os teóricos da EC não tenham inicialmente inserido especificamente

assuntos referentes a revolução da informação e novas tecnologias que operam no nível cibernético o marco desenvolvido pela EC permite, neste âmbito, identificar um processo de securitização, conforme um objeto de referência (CORDEIRO CARVALHO, 2019). A teoria formulada pela Escola de Copenhague pode se caracterizar como abrangente pelo fato de estabelecer que ameaças à segurança podem originar-se não apenas do setor militar (TANNO, 2003), diferenciado seu trabalho no intuito de demonstrar como é outorgue o sentido de segurança por meio de processos intersubjetivos além de contribuir na ampliação do conceito de segurança como assim também de ministrar limites analíticos (WILLIAMS, 2008) (MCDONALD, 2008). Os autores do conceito defendem que é responsabilidade do pesquisador identificar quando um assunto se apresenta na incumbência da área de segurança (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998).

Para o entendimento de nossa pesquisa o conceito de segurança ampliada adotado pela Escola de Copenhague será o que empregaremos, em virtude de que ele permite identificar quais ameaças são percebidas pelos diversos atores do sistema internacional conforme sua construção social, onde por conta de seu caráter autorreferencial identificam um objeto de referência que pode ter sua segurança ameaçada e, porém, outorgar tratamento como questão de segurança.

2.3. NIVEIS DE ANALESE E SEOTRES

Embora Weaver destaque como aportes mais relevantes da EC os conceitos de setores de segurança, complexos regionais de segurança e securitização, sendo eles de importância para o enfoque organizativo, sem dúvida o maior aporte é o conceito de securitização, fazer a explanação nessa seção dos setores e níveis, e a posterior dos complexos regionais de segurança, reviste importância porque balizam num marco amplo os lugares onde os processos de securitização irão acontecer (WILLIAMS, 2008). Para uma melhor compreensão da importância destes aspectos, é importante entender que o poder militar não é a única fonte de segurança como assim também que as ameaças militares não são os únicos perigos que podem enfrentar os Estados já que fenômenos não militares podem ameaçar Estados e indivíduos (WALT, 2007).

Em palavras dos autores do livro *Security a New Framework of Analysis*, os níveis de análise, permitem uma melhor compreensão da interação entre a segurança regional e a agenda multisetorial, em virtude que, os níveis, permitem localizar objetos de referência que possam ter sua segurança ameaçada, os atores e como assim também as dinâmicas de interação. Quando os autores se referem a níveis, deveremos entender que estão falando de objetos de análise definidos de menor a maior, e são neles onde poderemos achar resultados ou a fonte de explanação das relações causais entre os diferentes níveis de análise indistintamente da direção ascendente ou descendente. Destacam ainda que não há questão alguma que seja particular de um nível só ou coisa que de maior preeminência de um sobre outro já que eles “são referentes ontológicos de onde as coisas acontecem” (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998, págs. 6-7), proporcionando ainda um contexto no qual pode-se teorizar mas que de jeito nenhum são teorias em se; a saber:

1. Sistemas internacionais, ou seja, os maiores conglomerados de unidades interativas ou interdependentes, que não têm um nível de sistema acima deles.
2. Subsistemas internacionais, ou seja, grupos de unidades dentro do sistema internacional que podem ser distinguidos de todo o sistema pela natureza ou intensidade particular de suas interações ou interdependência entre si.
3. Unidades, ou seja, atores compostos por vários subgrupos, organizações, comunidades e muitos indivíduos e coesos e independentes o suficiente para diferenciar a diferença dos outros e ter uma posição nos níveis mais altos.
4. Subunidades, ou seja, grupos organizados de indivíduos dentro de unidades que podem (ou tentar) afetar o comportamento da unidade.
5. Indivíduos, o resultado final da maioria das análises de ciências sociais.

É preciso destacar a aclaração que é feita pelos autores no tocante a crítica que esta divisão teve principalmente sob o prisma das Relações Internacionais do Neorealismo de que os níveis priorizavam o Estado feita pelo Onuf (1995) e pelo Walker (1993) (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). Os níveis foram apresentados inicialmente pelo Buzan no ano 1991 no livro *People, States and Fear*, sendo os três níveis de análise o sistema individual, estatal e internacional, a crítica alegava que o nível unidade, de interesse particular na pesquisa, poderia abarcar

mais coisas além do Estado e que a segurança nacional não deveria ser privilegiada. Nesse sentido Waever faz uma esclarecimento, dizendo que na segunda versão do livro do Buzan ele adiciona um texto para esclarecer a questão dizendo que o nível estatal é privilegiado não porque seja a segurança nacional a mais relevante e que, além disso, não é possível compreendê-la só no nível estatal. Se não porque a segurança estatal vincula os outros níveis de análise, não principalmente por meio da segurança individual e internacional, se não que é por meio de dinâmicas e processos políticos entre os atores dos diferentes níveis (WAEVER, 1995).

Ao fazer a abordagem dos setores de segurança, é preciso elencar que eles são uma ferramenta que facilita balizar de um modo prático, além da origem do ato de fala, o objeto de referência que pode ter sua segurança ameaçada. Os setores são o militar, o político, o econômico, o societal e o ambiental (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998), um dos reconhecimentos que é outorgado a Escola de Copenhague foi que, além dos debates, posiciona-se como uma ferramenta intermediária que permite a ampliação do conceito e ao mesmo tempo limita a análise da segurança (VERDES, 2015). A divisão por setores não significa tipificação de diferentes formas de segurança, se não que responde a um ordenamento que facilita a identificação da origem do ato de fala “We try conceptually and definitionally to be open, to create a formal concept, and to let the world be state-centric or not, widening or not” (WAEVER, 1999). Na linha dos debates acontecidos na academia criou-se a percepção que as agendas e questões de segurança eram construídas, porém fez que os autores trabalhassem na confecção de quadros analíticos específicos para cada setor, adicionado ainda que cada um deles tem sua própria lógica, regras, discursos e o mais importante, objetos específicos de referência, que além do Estado, podem ter sua segurança ameaçada (TANNO, 2003). Os setores funcionaram como arenas que irão permitir desenvolver relações entre os diferentes atores e os objetos que possam ter sua segurança ameaçada (MCDONALD M. , 2008), o setor militar seria dominado pelas relações de força, o setor político pelas relações de autoridade e reconhecimento externo, o setor econômico pelas relações de comércio, produção e finanças, o setor societal pelas relações entre identidades coletivas e, por fim, o setor ambiental seria caracterizado pelas relações entre as atividades humanas e a biosfera. Aliás é importante

sublinhar que a autonomia conferida a cada setor destrói o estadocentrismo da teoria inicial de Buzan, uma vez que cada setor possuirá objetos referentes de segurança próprios e que não necessariamente incluirão os Estados (TANNO, 2003). Embora o elencado, Booth sustém que o estadocentrismo que é outorgue à Escola de Copenhagen refere-se a que nem todos os atores conseguem instalar um tema de segurança na agenda, o que terá como consequência que só os atores clássicos das Relações Internacionais, com destaque no Estado, consigam securitizar com êxito uma ameaça. Isso refletirá em que discursos alternativos de segurança que abram mão a outras visões menos estadocêntrica o eurocêntricas fiquem limitados sem chegar a securitizar exitosamente a ameaça percebida. (BOOTH, 2007). Na seguinte seção será explanado o que é preciso para uma securitização ser exitosa.

No tocante aos setores propriamente ditos, a autora elenca que os processos de securitização estão mais institucionalizados no setor militar pelo fato do monopólio da força pelo Estado (TANNO, 2003). Já ao falar do setor político, destaca o falado pelos autores da teoria da securitização avultando que as ameaças deste setor são aquelas que procuram destruir o comprometer a estabilidade do Estado atingindo as ideias do Estado, sua base física ou suas instituições e que geralmente estão dirigidas à soberania do Estado podendo adotar diferentes formas.

Em matéria do setor societal, afirma-se que a definição das ameaças a esse setor varia como entendimento de sociedade utilizado. Os pesquisadores da Escola asseveram que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de identidade coletiva (TANNO, 2003). Adiciona ainda que produto do incremento das interações entre as unidades dos sistemas (termo que será explanado na teoria dos complexos de segurança) as ameaças podem ser tanto para Estados como para Nações. Já no setor económico e partindo da identificação do paradoxo identificado pelo Buzan que no capitalismo o sistema é dominado pela insegurança, se entenderá que a insegurança económica é uma ameaça quando se estender as esferas militar e política atingindo os setores económicos que garantem a supervivência do Estado. O setor económico finalmente é apresentado pela autora como uma lente que permite o identificar a origem das ameaças de outros setores.

Por último ao falar do setor ambiental, existem dois objetos referenciais de maior preeminência o próprio meio ambiente e a qualidade de vida atingida (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). Os teóricos da Escola chamam a atenção para o fato de coexistirem duas agendas contraditórias sendo elas a governamental e a científica radicando o problema na autoridade científica de respaldar o movimento de securitização (TANNO, 2003). Outra característica destacada no setor consiste no alto nível de politização da questão ambiental, mas o baixo nível de securitização por conta de que ditos problemas apresentam consequências de longo prazo, o que leva que parte da agenda ambiental seja trasladada a outros setores para sua solução. O setor ambiental se apresenta então como um prisma que permite identificar ameaças que serão tratadas em outras agendas.

O trabalho feito em matéria dos setores de segurança, pela Escola de Copenhagen, servirá a pesquisa como limite espacial das agendas internacionais permitindo não extrapolar o espaço seja no objeto que tem sua segurança ameaçada como assim também a origem do discurso empregado na sua invocação de segurança, permitindo a futuro o entendimento e análise dos processos de securitização.

2.4. A SECURITIZAÇÃO, UM CONCEITO CONSTRUTIVAMENTE DEBATIDO

Nesta seção, será apresentado o conceito de securitização, como assim também aqueles outros que se acham inclusos nela, e que são precisos para o correto entendimento da securitização e o posterior desenvolvimento da pesquisa. Os conceitos serão apresentados, inicialmente pelo aporte feito pela EC seguidos dos debates mais importantes acontecidos na academia, que balizaram um complemento ao conceito. Para terminar tentando arribar a uma conclusão abrangente do que entenderemos por securitização para a nossa pesquisa.

Aprofundando no marco teórico necessário para a pesquisa, é preciso trazer o conceito de securitização, já que logo de ter definido segurança e também o que fará que uma questão receba esse tratamento, devemos-nos introduzir na securitização e nos processos de securitização. Inicialmente poderíamos tomar o seguinte conceito,

entendendo a securitização como um ato extremo de politizar uma questão que não é mais tratada com os instrumentos normais mantidos pelo Estado, substituindo-os por ferramentas de emprego urgentes para realizar as políticas de segurança e defesa de um determinado ator (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). A securitização tenta dar resposta ao que faz que um assunto seja considerado uma questão de segurança, ou seja que um assunto deixe de ser uma questão ordinária mudando sua natureza e constituindo-se numa ameaça à segurança (VERDES, 2015). Os fundadores da EC fazem uma diferenciação entre o que é considerado um assunto não politizado, politizado e securitizado. Pelo primeiro entende-se que o Estado não se encontra envolvido no assunto, não tem debate acontecendo e nem precisa de decisão política para resolução dele, já o assunto politizado faz parte da agenda política pública do Estado e requer decisões de governo. Por último um assunto securitizado é apresentado como uma ameaça existencial que requer uma medida emergencial e justificada para agir fora dos limites legais dos procedimentos políticos (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998; WILLIAMS, 2008).

Buzan diz que, para que a securitização seja bem-sucedida, deve ter "três componentes: ameaças existenciais, ações urgentes e efeitos sobre as relações para quebrar as regras" (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998, pág. 26). Rita Floyd apresenta a análise normativa para a securitização elencando três pontos: que há uma ameaça, que ela tem a capacidade potencial de gerar danos e por último a possibilidade e benefícios da gestão securitizada em comparação com o gerenciamento não securitizado (FLOYD, 2011) face ao análise Waever tem um ponto de desacordo no último ponto destacando a dificuldade de se calcular que seria melhor em termos de legítimo e válido (WAEVER, 2011). Da mão do último planteio feito pela autora deixa aberta a pergunta para futuras pesquisas dizendo que é válido se perguntar quando é valiosa uma securitização?

Além disso, o termo é ampliado e complementado assim que uma questão de segurança continua a ser percebida como tal, seja dirigindo elites ou sociedade pode deixar de ser um processo urgente e particular para se tornar um processo institucionalizado de política de Estado (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). Os autores da citada obra concordam em que no longo prazo ameaças que foram securitizadas e porém tiveram tratamento com instrumentos que não eram comuns,

tornem-se com o tempo em assuntos politizados e por conseguinte que possam receber um tratamento ordinário sendo sometidos a processos normais concordo a legislação, dessa maneira fica contextualizado o processo de desecuritização, questões políticas podem, portanto, sofrer processos/movimentos de securitização ou desecuritização (WAEVER, 1995). No citado estudo da Rita Floyd (2011) no que tenta estabelecer uma guia para padronizar o que deve incluir uma securitização e, porém, procura elencar critérios para debater sobre um processo de securitização reflete ao respeito do tratamento da ameaça sob normas ordinárias alegando que os referentes da EC falam que a desecuritização é o caminho a ser procurado, O Waever acrescenta que é útil para a teoria de securitização tentar estabelecer critérios para debater sobre uma instancia de um processo de securitização, adicionando ainda que a teoria não diz que a desecuritização é a melhor opção, mas que em alguns casos quando as características particulares dele são resolvidas é preferível a desecuritização (WAEVER, 2011). Outro conceito recente em matéria de securitização é o apresentado pelo Buzan e Waever após os atentados do 11 de setembro de 2001 ao acunhar o termo macro securitização, se referendo a um processo que os países justificam uma maior quantia de recursos humanos e financeiros como assim também violações de direitos civis e humanos por questões de segurança ao responder à ameaça terrorista que são um pouco mais propensas de ser aceitas pela opinião pública (VERDES, 2015).

Processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança (WAEVER, 1995). O conceito de securitização também envolve discursos usados pelas elites dominantes e como eles representam uma ameaça que deve ser tratada urgentemente. Este discurso deve ser tomado como válido pelo público, caso contrário, é improvável que o processo tenha sucesso (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998). Segundo Weaver trabalhar em termos de segurança e identificar uma ameaça significa que alguma coisa deverá ser feita, que serão tomadas as medidas necessárias para responder à ameaça.

Neste processo de securitização apresentado pela Escola de Copenhagen há duas características principais para o entendimento de porque se

produz o que os autores do “Security: A New Framework of Analysis” chamam de “security move” desde o agente securitizado a audiência. A primeira é a natureza do ato de fala e a segunda é o seu caráter intersubjetivo (VERDES, 2015). O ato de fala constitui um dos aspectos fundamentais que a securitização introduz nos EIS. Baseado na premissa que o discurso não é neutro e que ao falar de ameaças também há uma intencionalidade determinada haverá uma recepção particular na audiência, no tocante a securitização reveste particular relevância já que se trata de questões sensíveis à os seres humanos e terminará trazendo a imagem do antagonismo amigo/inimigo legitimando o emprego das medidas necessárias para mitigar a ameaça. Nessa linha, segundo McDonald Matt, há uma tensão entre o caráter autorreferencial da segurança produto do ato de fala e a natureza intersubjetiva do processo (MCDONALD M. , 2008), em virtude que tanto o objeto de referência como as percepções são socialmente construídas o que reflete a natureza intersubjetiva do processo entre o ator securitizador e a audiência (DE WILDE, 2008), nessa linha pode-se citar “ a securitização deve ser entendida como o estudo de ameaças subjetivas, definidas em um processo intersubjetivo de construção de entendimentos sobre a realidade” (BARBOSA & DE SOUZA, 2010, pág. 126) . O autor fala sobre o reducionismo em alguns aspectos da teoria, o primeiro é a maneira em que é construído o ato de segurança já que o core de análise são os discursos dos atores dominantes, depois refere-se ao reducionismo que a teoria apresenta sobre a conjuntura sob a qual é construído o ato de fala focando-se na intervenção emergencial feita pelo agente securitizador e por último que a natureza do ato se reduz a sinalização de ameaças à segurança. A crítica feita à conjuntura ou contexto no que a securitização acontece foi percebida por Huysmans ao dizer que o modo em que a segurança é entendida “baseia-se em experiencias culturais e históricas diferentes” (HUYSMANS, 1998, pág. 501), como será apresentado posteriormente Balzacq acrescentará ainda que a importância da audiência gerando a uma dinâmica necessária para a securitização acontecer (BALZACQ, 2005), pode se observar que variáveis extralinguísticas são determinantes para configurar o cenário onde a pratica discursiva da securitização acontecerá (DE CASTRO, 2019). A diferença do marco apresentado pela EC, Rita Floyd destaca que além do movimento de securitização o “security move” é preciso também a mudança no comportamento do agente securitizador, na opinião da autora sem essa condição

não há securitização porque no final das contas são necessárias duas coisas o movimento de securitização e a prática de segurança. (FLOYD, 2010).

Rita Floyd estabelece as condições de sucesso de um processo de securitização: Identificar uma ameaça que justifique uma resposta (movimento de securitização); seguido de uma mudança de comportamento (ação) por um agente relevante; e que a ação tomada é justificada pelo ator securitizador em relação à ameaça que identificou e afirmou no movimento de securitização (FLOYD, 2011). Ou seja, o movimento de securitização não é apenas o ato de fala e por si só não constitui securitização. Um problema é securitizado apenas no momento em que um público relevante aceita identificação existencial da ameaça (FLOYD, 2015) , adiciona ainda que um processo de securitização pode ser mais bem entendido como uma advertência a um agressor ou como uma promessa de proteção a um objeto referente. No tocante ao caráter intersubjetivo destaca-se a importância que a audiência aceite e reconheça a ameaça mobilizada pelo discurso, quando o agente securitizador faz o “security move”. Só nesse momento após a aprovação da audiência é que a securitização como tal terá início (VERDES, 2015), mas como é falado pelo Huysmans (1998), a aceitação ou não pelo público determina o resultado do movimento de securitização mas não indica que o processo começa nesse momento, já que ele pode começar em qualquer momento com alguma das partes do conceito de securitização, ator securitizador, objeto referente, narrativa e audiência (WILKINSON, 2011)

Fazendo foco no tocante a audiência, muitas críticas foram feitas no tocante a indefinição do conceito de audiência, o “Weaver mesmo reconheceu que o conceito deveria ter uma redefinição ou até uma diferenciação” (LEONARD & KAUNERT, 2011, pág. 57), também foi criticado a dificuldade de identificar quem fazem parte dessa audiência como assim também como ter certeza que o discurso foi aceito (BALZACQ, 2005; MCDONALD, 2008; STRITZEL, 2007). Outra contribuição, no tocante a audiência trazida pelo Balzacq no 2005 foi dizer que o público está composto por diferentes audiências, Vouri no 2008 acrescentou que as audiências irão depender da finalidade que o processo de securitização tenha, já que o público tem uma realidade histórica e social diferente o que dificulta identificar elas, porem na sua opinião deveria ter sido falado que a audiência alvo do processo

de securitização deve ser aquela que tem a capacidade de fornecer ao agente securitizador o que está procurando (VOURI, 2008). O argumento capaz de persuadir uma audiência é trazido como uma questão relevante já que nem todas as audiências são persuadidas pelos mesmos argumentos (LEONARD & KAUNERT, 2011). Os citados autores no intuito de ministrar ferramentais que possam ajudar no aprofundamento, melhoramento e modo de compreender o conceito de audiência trazem a teoria apresentada pelo Kingdon's (1984) "Agenda, Alternativas y Políticas Públicas" para explicar as mudanças de políticas nas agendas, baseado em três correntes focadas no fluxo do problema, o fluxo das políticas e a corrente dos políticos, correte do problema. Eles acham que há no procedimento de tratamento de políticas públicas tem uma convergência com a securitização quando é estabelecida uma agenda a ser tradada e alternativas a serem avaliadas, de tal modo haveria concordância com atores securitizadores e processos de securitização. Continuando a linha da audiência Holger Stritzel, acrescenta a dificuldade que existe na teoria na identificação da audiência correta para a recepção dos discursos, ou se a audiência foi persuadida e aceitou o ato de fala o que refletirá na realização de estudos empíricos. Além disso traz um vazio na teoria ao falar sobre os casos em que a opinião pública está numa posição que permite-lhe influir na definição dos aspectos de segurança (STRITZEL, 2007).

Balzacq em *The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context*, apresenta críticas a teoria da securitização principalmente referente à estrutura da mesma sob o ato de fala per se, sem ter em conta aspectos como a conjuntura e circunstâncias nas que o discurso acontece como assim também a predisposição da opinião pública e as relações entre quem faz o discurso e que o recebe, nessa linha de crítica acharmos a Williams e Abrahamsen que por meio da sociologia critica apresenta a importancia que a audiência tem, e a relevância do contexto, que além de estar a audiência inserida, acontece o processo de securitização (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, , 2010). Em palavras do autor, a securitização deveria ser um processo estratégico e pragmático dentro de uma conjuntura, nesse sentido o discurso não seria autorreferencial se não que uma combinação dos integrantes dessa conjuntura apresentada. (BALZACQ, 2005). Já focado sob o ato de fala em si, Balzacq, embora atribua a Escola de Copenhagen que ter trazido aos teóricos a importância do lenguaje (BALZACQ, 2011), critica o

caráter performativo do ato de fala apresentado pela teoria da securitização que além de poder descrever a realidade pode criar uma, sendo não possível julgar como verdadeiro o falso. Aprofunda elencando as características que uma frase pode ter segundo Jhon Austin a *locutionary* (dizer uma coisa), *illocutionary* (a intenção do falante) e *perlocutionary* (as implicações do ato de ter falado uma coisa). O autor enfatiza que a teoria de securitização foca-se só sobre a intenção como se fosse todo o ato de fala, ficando só com a intenção do discurso sem analisar o mesmo ou as implicações que ele terá (BALZACQ, 2005). Mais uma crítica é apresentada por Knudsen ao falar que a securitização tem a perspectiva de geradora de agenda onde as ameaças são arbitrárias e criadas pelas elites de condução, outro aspecto que destaca o autor é que a teoria da securitização não especifica onde pode se situar uma questão quando ela não está na agenda de segurança (KNUDSEN, 2001). Mais outro óbice é tido em conta no momento da montagem do ato de fala, embora seja do âmbito ético que nos leva ao artigo feito pelo Weaver onde da resposta as críticas que o conceito de securitização trouxe na academia, no que se refere ao trabalho feito por Floyd destacando o intuito da autora em nos fazer focar na ameaça que se encontra no centro da securitização, aliás avulta a dificuldade conforme a responsabilidade e ética de tentar mesurar uma ameaça real e objetiva a segurança fora da esfera política já que há muitas ameaças reais fora, mas não todas tem a etiqueta de segurança junto a elas. A securitização no final das contas é uma forma de gerenciar um problema particular, processando a ameaça por meio do formato de segurança (WAEVER, 2011).

Mais um aspecto necessário é preciso trazer para complementar o conceito de audiência, como fora elencado anteriormente e face a dificuldade de identificar a audiência correta, na arena onde os processos de securitização acontecem há uma variedade de atores, e cada um deles tem características particulares seja na sua natureza como assim também na sua capacidade de agir o que finalmente conformará um sistema de atores que além de anárquico é assimétrico. Dentre os atores no âmbito internacional poderemos achar públicos e privados, além da diferença na sua natureza, seu agir nos processos de securitização serão diferenciados, os privados procurarão chamar a atenção da audiência sobre as ameaças, no entanto os atores públicos focam-se em legitimar medidas emergenciais (DE WILDE, 2008). Ditos atores, terão sua percepção individual e

serão mobilizados conforme seus interesses tendo um determinado rol nos processos de securitização. O agir será balizado pelo poder do ator, entendendo o poder como uma capacidade, o resultado dos processos de securitização estará balizado pela capacidade do ator em apresentar um assunto como ameaçante (WILLIAMS M. , 2003). Os interesses dos atores e as relações de poder assimétricas irão dar forma a comunicação dos atores (PATOMÄKI, 2008), e os resultados dos processos de securitização irão mudar ditas relações de poder (BALZACQ, LÉONARD, & RUZICKA, 2016). Em particular a agenda ambiental caracteriza se por um contínuo choque de interesses, por conta de que se os discursos de segurança persistem pode resultar na construção de uma comunidade e sua institucionalização, que irá envolver padrões de amizade ou inimizade com outros dissidentes o em competência (DE WILDE, 2008). Os discursos a serem proferidos pelos principais atores securitizadores, na agenda ambiental, irão se embasar nas medidas excepcionais e no antagonismo dentre eles (BARBOSA & DE SOUZA, 2010). Esses discursos irão proferir poder aos atores, e dentre eles irão se formar coalisões de discursos onde, embora não compartilhem os mesmos interesses, empregaram uma mesa linha discursiva, além disso enquanto um ator ganha poder ou outro irá perdê-lo. O poder outorgue pelo discurso poderá gerar influência para determinar o que é considerado normal e verdadeiro (VERSCHUUR, 2020). Pode se adicionar ainda que o poder, no contexto da securitização pode se confundir dentre o “poder das elites em determinar um assunto como ameaçante a segurança com o poder de conseguir abordar o assunto de um modo particular e decisivo” (BALZACQ, LÉONARD, & RUZICKA, 2016, pág. 501). Face ao descrito anteriormente, os estudos abordam o ganho de poder que o ator securitizador teve, na realidade acontece pela seleção dos casos de securitização que são estudados que se focam nos processos exitosos (RUZICKA, 2018), porém ainda há espaço para explorar o acontecido no poder relacional dentre os atores envolvidos no processo.

É relevante ter um entendimento de como as redes de relacionamento funcionam. Embora o trabalho do Matthew e McDonald (2004) fala de redes de ameaças estabelece os efeitos do trabalho em rede, que além de variar no tempo e espaço, a capacidade dos atores de gerar uma mudança distribui-se de modo desigual entre atores estatais e não estatais. As redes internacionais e transnacionais que unem Estados, foram fortalecidas pela globalização, tecnologia e

informação. Embora as redes tenham outorgue ganhos como poder, informação e cooperação, também resultou com o empoderamento dos atores não estatais. A mencionada conjuntura permite que aqueles atores, por meio de redes, possam competir contra o Estado e até se impor seja pela corrupção ou pelo mal gerenciamento da lei que o Estado Faz. (MATTHEW & MCDONALD, 2004) (ARQUILA & RONFELDT, 1993, 2001).

Por último e como um complemento ao conceito de assimetria, trazer inicialmente questões básicas já trabalhadas no estamento militar, servirá como uma rápida introdução que nos irá permitir compreender o alcance da assimetria. Embora o conceito de assimetria não é novo no âmbito da esfera militar, de segurança d nas Relacoes Internacionais, para Munkler (2003) o destaque atual encontra-se na aplicação de estratégias assimétricas nas guerras transnacionais onde os Estados não conseguem delinear os limites dela (MUNKLER, 2003), pode se complementar ao dizer que a assimetria apresenta-se quando convergem capacidades diferentes com modos estratégicos distintos com o foco no emprego de meios e capacidades diferentes (MONTESINOS, 2018) (HOFFMAN, 2006) (ECHAVARRIA II, 2010). No entanto, um aspecto de destaque na assimetria é que os agentes podem ser de diferente natureza, porém irão pensar, se organizar e agir de modo diferente ao seu oponente, o que irá trazer assimetrias nos modos, tecnologias e valores, projetadas em espaços temporais curtos ou longos nas dimensões físicas ou psicológicas (METZ & JHONSON, 2001) (GOULDING JR, 2000) (MEIGS, 2000). No mundo atual, globalizado, intercomunicado e altamente tecnológico a mídia constitui um modo assimétrico de relevância (SNYDER, 2009) (ARQUILA & RONDFELDT, 1993).

O apresentado nos leva a uma abordagem dinâmica do conceito de processo de securitização onde devem coexistir simbioticamente, para garantir o sucesso e a continuidade do processo, uma ameaça à segurança apresentada pelas elites de um ator determinado, com o poder suficiente para instalá-lo na agenda global, o aval da correta opinião pública, a narrativa do discurso num contexto determinado e que as ações tomadas sejam de natureza extraordinária e que podem então ser incorporadas em regulamentos jurídicos de curto e médio prazo (BALZACQ, 2005, 2011; BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998; FLOYD, 2011; HUYSMANS, 1998; MCDONALD, 2008; WILLIAMS, 2008).

2.5. ESTUDOS EMPIRICOS.

Primeiramente é preciso trazer um contexto geral dos estudos empíricos de securitização e sobre quais aspectos incluídos no conceito de securitização eles são feitos, logo destacar os óbices que dificultam a confecção de ditas pesquisas e desse modo poder nos aprofundar nas particularidades que os estudos têm na agenda ambiental e por último em aqueles que tem reflexo direto no espaço de interesse da Amazonia.

Segundo Balzaq, os estudos empíricos de securitização têm aumentado principalmente na última década, sendo a tendência deles migração, meio ambiente e saúde. Não entanto destaca que embora exista a ideia que os estudos de securitização são maiormente ligados no âmbito da segurança europeia, atualmente dita afirmação não aplica porque com a inclusão desses aspectos como questões de segurança por outros países, as facilidades que o conceito fornece para o estudo de questões ligadas ao terrorismo ou segurança cibernética somado à produção acadêmica que não tem sede na Europa, principalmente na região dos EUA e Asia/Pacífico houve uma significativa ramificação. (BALZACQ, LÉONARD, & RUZICKA, 2016).

Na academia há literatura que fala no tocante ao viés existente do estudo de casos de securitização focados, principalmente, nos processos exitosos. Argumenta que fazendo uma abordagem dos casos falidos de securitização podem ser obtidos dados de relevância que permitiram, além de um aprimoramento dos estudos, detectar os principais óbices na aplicação do conceito de securitização. Elenca as quatro principais causas de securitização falida sendo a primeira que o agente securitizador não consegue apresentar o movimento de segurança num contexto determinado, logo e ainda em relação ao agente pode ser sua falta de capital social perante a audiência, a terceira elencada fala no tocante ao objeto ameaçante que pode não ser susceptível de ser securitizado e finalmente que a audiência rejeite o movimento de segurança. Destaca ainda que embora as causas de securitização falida não se correspondem a uma só exclusivamente e que normalmente há combinações, as últimas dois apresentam-se como as mais relevantes pelo fato de se corresponder com os aspectos que foram mais criticados no tocante a ao arcabouço do conceito de securitização (RUZICKA, 2018).

Na região do continente americano achemos estudos que estabelecem casos discricionários e enviesados de securitização por questões ambientais quando invocada a segurança humana, fazendo menção à intervenção no terremoto do Haiti em 2020 e a não intervenção no furacão Katrina em Nova Orleans em 2015, produto da hierarquia de poder no sistema internacional de cada um dos atores (MARRONI, DE CASTRO, & VIOLANTE, 2019, pág. 75). No âmbito da América do Sul, achemos processos de securitização que respondem ao incremento da presença militar dos Estados Unidos de América na região por meio da Guerra ao Terror ou o combate às drogas, o que reflete também a adoção por meio da macrosecuritização de ameaças globais que não correspondem com a realidade regional. Destaca-se que a incapacidade de gerar individualmente agendas de securitização, além de contribuir a macrosecuritização os resultados desse processo podem não ser os esperados regionalmente (VILLA, 2013; 2014).

Inicialmente os estudos de caráter transnacional do meio ambiente não sempre permite que possam ser estabelecidos todos os requisitos da securitização vinculando meio ambiente e segurança (BISWAS, 2011). No entanto podem ser identificados na Amazonia inicialmente dois processos de securitização potencialmente opostos. O primeiro é a securitização da Amazônia como objeto de referência a ser segurado e o segundo é a securitização da soberania pelo risco de internacionalização da Amazônia (URT & PINHO, 2010), destaca-se que a questão da soberania da Amazônia “é um desafio para os países que a compõem incluso o Brasil” (SOARES DE LIMA et al., p 62, 2017). Nessa linha de raciocínio e tendo em conta o já falado no tocante a assimetria, observamos que a questão ambiental e a proteção da Amazonia é de vital importância para a política de defesa do Brasil e que além disso “a proteção dos ecossistemas (como o bioma amazônico) já foram levantadas para justificar propostas intervencionistas sobre o território brasileiro” (SOARES DE LIMA et al., p 39, 2017).

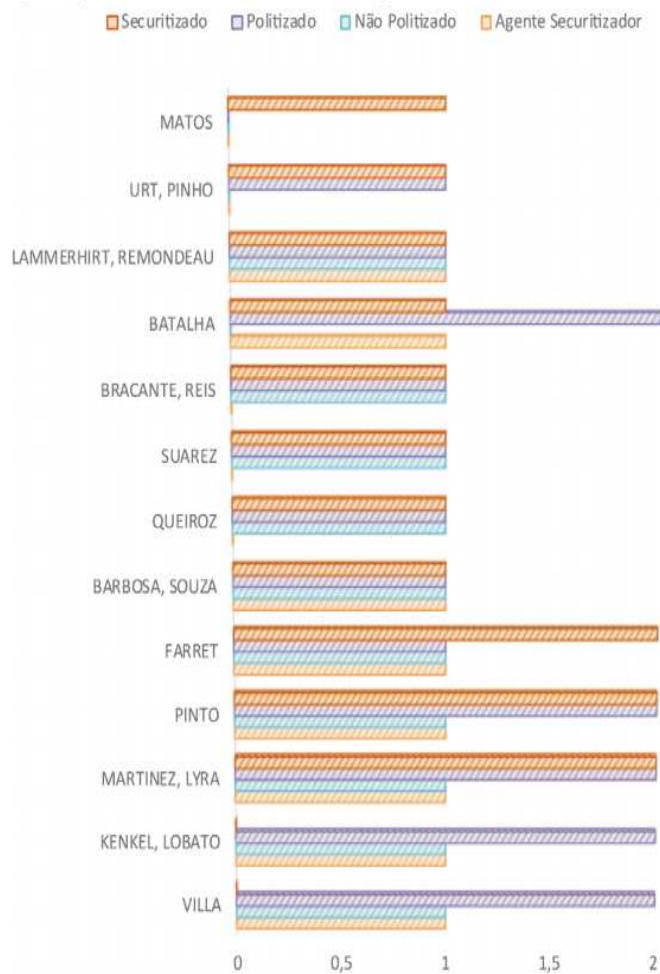
Um artigo publicado na Revista de Sociologia e Política, traz a realidade do produzido na academia sob o guarda-chuva do conceito da securitização, embora os autores a chamem de teoria. A pesquisa versa sobre a aplicação da teoria em artigos publicados em periódicos científicos, e os autores são Caroline Cordeiro Viana e Silva e Aleksandro Eugenio Pereira. Com foco no relevante para a nossa

revisão de literatura, o artigo constituísse numa referência já que fez o mapeamento da produção científica nessa área na academia e nos traz aqueles artigos que tem feito emprego empírico dos aspectos contidos no conceito de securitização. A pesquisa foi do tipo qualitativa e empregou como ferramenta metodológica a análise de conteúdo, além disso baseou-se somente nos periódicos que tinham qualificação A e B no Qualis Capes no ano 2015, tendo sido indexados 276 periódicos na faixa temporal 1998-2016 por meio bibliométrico. (VIANA E SILVA & PEREIRA, 2019).

No tocante a indexação e sem ter por objetivo apresentar todos os detalhes dela, e preciso trazer alguns dados de relevância que irão dar uma ideia das dificuldades que há na academia no que tange a estudos empíricos de securitização. Com palavra-chave securitização identificaram trinta artigos, doze no âmbito do estrato A e dezoito no B. Dos trinta artigos tirando aqueles repetidos, tradução de outros e principalmente aqueles que não faziam estudo empírico da securitização só ficaram treze, oito no âmbito da A e cinco na B. Desses treze, só três tem relação direta com o interesse da pesquisa, um que fala do papel da União Europeia na securitização das mudanças climáticas e outros dois que focados na Amazonia, particularmente nos processos de securitização e desecuritização e o outro sobre as políticas de defesa dos países do OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica). No entanto os outros dez consideram-se de interesse já que ministraram informação de relevância no tocante as dificuldades na aplicação empírica da securitização (VIANA E SILVA & PEREIRA, 2019).

A continuação irá ser destacados aspectos analisados no artigo que se consideram de interesse de modo que possam ajudar na futura confecção da pesquisa, elencado aqueles tirados por meio do software empregados pelos autores NVivo ou por meio da análise sistemática bibliográfica com o formato de avaliação de ausência e presença de Laurence Bardin (BARDIN, 1996). Inicialmente, e trazendo a causa principal de porque foram excluídos a maior parte dos artigos, por tratarem da sistematização da teoria da securitização e não de casos empíricos, a primeira conclusão é que nas seções teóricas dos trabalhos acham-se, principalmente, as categorias indexadas no tocante a agente securitizador, não politizado, politizado e securitizado (VIANA E SILVA & PEREIRA, 2019, pág. 11). Conforme as quatro categorias de análise apresentam-se os resultados conforme a análise sistemática.

Gráfico 2 - Aplicação das Variáveis Securitização



Fonte: VIANA E SILVA & PEREIRA, 2019

Embora não todos os trabalhos tinham por finalidade demonstrar a securitização, segundo os autores, somente três deles conseguiram fazê-lo, mas um deles focava-se na dessecuritização. Os autores do artigo finalmente dividem os trabalhos em três categorias, aqueles que problematizam a teoria da securitização, aqueles que articulam a securitização com outros referências teóricas e por último aqueles que fazem aplicação empírica da teoria. Como conclusões finais, e como também foi destacado nesta revisão de literatura, o maior problema que tem os estudos empíricos é nos aspectos relacionados à audiência e destaca ainda que a maior parte deles não procurou demonstrar como os atos de fala foram aceitos pela audiência nem tampouco a legitimidade das medidas adotadas. Enfatizam ainda a dificuldade existente na academia quando procurasse aplicar o conceito de securitização a estudos empíricos.

A continuação são apresentados os estudos que se achou pertinente fazer resumo dos aspectos que irão ajudar na pesquisa, seja pelos acertos na demonstração empírica, pelos óbices que tiveram ou por apresentar abordagens complementares para melhorar a aplicação do conceito de securitização.

2.4.1 A falida securitização da mudança climática na Austrália (MCDONALD, The Failed Securitization of Climate Change in Australia, 2012)

No caso de Austrália, no marco da administração de Rudd, pode se observar, movimentos de securitização embora o objeto de referência ameaçado teve mudanças do global ao nacional e até incluso a intensidade variável na ligação segurança e clima. Porém, pode se identificar o movimento securitizador e até incluso as medidas proferidas, mas não é possível determinar se a audiência aceitou o discurso como assim também se as medidas foram exitosas. Aliás, estabelece a dificuldade de estabelecer qual a audiência relevante que é preciso persuadir que aceite o discurso, no caso do texto, outros Estados, o povo australiano em geral ou alguma seção do parlamento. Além disso destaca ainda que tendo identificada a audiência não é possível estabelecer qual seria o parâmetro para dizer que o discurso foi aceito. O caso australiano pode ser um caso que valide que a securitização climática não precisa de ações emergenciais (MCDONALD, 2012).

Deste artigo extraiu-se uma abordagem para o estudo empírico de casos. Tendo em conta o que já foi elencado como dificuldade no tocante a audiência, encontra-se uma abordagem que pode ajudar na aplicação empírica do conceito de securitização e que consta da divisão do processo em duas etapas, a primeira de identificação onde foca-se na identificação da ameaça e a etapa de mobilização onde o foco está nas medidas a serem adotadas. Nesta divisão de etapas pode se esperar que possam intervir diferentes tipos de audiências, em virtude que cada uma destas pode requerer um público-alvo diferenciado. Além disso o autor reforça que como as medidas a serem adotadas são posteriores à identificação de uma questão como ameaçante a um

objeto de referência, não podem ser analisadas no mesmo processo (ROE, 2008). Porém a securitização exitosa não depende necessariamente do emprego de medidas emergenciais (ROE, 2008; COLLINS, 2005), como contraponto podemos citar a Rita Floyd que estabelece, que além do movimento de segurança é preciso que o agente tenha uma mudança no seu comportamento conduzindo as medidas emergenciais (FLOYD, 2010, 2011).

No texto do Collins 2005, e com base no falado pelos integrantes da EC “We do not push the demand so high as to say that an emergency measure has to be adopted, only that the existential threat has to be argued and just gain enough resonance for a platform to be made from which it is possible to legitimize emergency measures or other steps that would not have been” (BUZAN, WAEVER, & DE WILDE, 1998, pág. 25), ele diz que após a etapa de identificação o agente pode agir com medidas emergenciais ou simplesmente gerenciar as ameaças como instrumentos ordinários (COLLINS, 2005), porém Roe baliza a diferença entre gerar uma plataforma desde onde podam ser legitimadas e a atuação propriamente dita, nessa linha e atingindo o primeiro estágio ou etapa, acharmos a securitização retórica que seria o equivalente a ter identificado uma questão como ameaçante, ter atingido o patamar que permita o agir com medidas mas não toma-las (JACKSON, 2006) na opinião de Roe deve continuar com a securitização ativa balizada por um agir, indistintamente, emergencial ou não.

2.4.2 Securitização das Mudanças Climáticas: o papel da União Europeia (BARBOSA & DE SOUZA, 2010).

A União Europeia (UE), tem sido um ator que fez questão de abordar a problemática da questão climática e o impacto dentro das fronteiras da Europa, já no 2003 emitiu a Estratégia Nacional de Segurança onde inclui como ameaça o aquecimento global, este fato é apresentado pelas autoras como uns dos primeiros intentos na securitização do clima (BARBOSA & DE SOUZA, 2010), no entanto será no ano 2008 que ocorrerá a primeira integração da temática na política de segurança

européia que versa no relatório sobre a Execução da Estratégia de Segurança elencando que o aquecimento global e a degradação ambiental ameaçam a UE que se apresenta como um polo de estabilidade (EUROPEIA, 2008).

Além do apresentado, e no tocante ao agente securitizador, destacam ainda que a UE se apresenta como um ator de peso no cenário internacional, posicionado como o primeiro colocado em matéria de securitização do clima e tem positiva aceitação da audiência seja ela internacional ou dentro do âmbito interno. Já ao falar do movimento de segurança ou security move, é apresentado por meio dos documentos como a Estratégia Nacional de Segurança de 2003, o Relatório sobre a Execução da Estratégia de Segurança de 2008. Na abordagem da audiência, o trabalho das autoras baseia-se nas pesquisas feitas e apresentadas no EUROBARÔMETRO em 2006 e 2007, onde os resultados demonstram que o 60% dos entrevistados acreditam que a mudança climática é o problema mais grave que o mundo tem, impondo-se ao terrorismo e os conflitos armados, aliás ratificam ditos dados com pesquisas que tem obtido resultados semelhantes, Ipsos Mori 2007, TransatlanticTrend 2007 e UNEP 2008. Nessa linha, estabelecem que a aceitação foi bem-sucedida na Europa, mas a aceitação externa não tem sido homogênea. No tocante as medidas a serem adotadas, embora não seja objeto do trabalho são apresentadas por meio do relatório de 2007 Combating climate change: the UE leads the way, exibem-se medidas que tem que se adotar no combate a mudança climática. Mais um aporte é trazido neste estudo, embora do âmbito político, as autoras trazem parte do contexto no que acontece a securitização no âmbito da UE e que, como foi abordado nesta revisão de literatura, influem na audiência. Apresentam três fatos de destaque, inicialmente que a questão climática tem sido um condutor da integração do bloco em contraponto dos desacordos obtidos na invasão do Irã em 2003 e a geração de uma constituição europeia em 2005. O segundo aspecto trazido é a agenda de segurança energética que favorece o desenvolvimento de políticas climáticas de maior impacto. Por último, o papel destaque no âmbito

internacional da UE em matéria climática e o intuito de sustentá-la como referente na matéria e na securitização do clima.

Destaca-se neste artigo a ausência de um aspecto relevante da securitização, que é o objeto de referência que tem sua segurança ameaçada, as autoras falam ao respeito destacando a dificuldade de se estabelecer concretamente. Outra questão é a ausência de inimigo, já que ao invocar segurança tradicionalmente a questão é pensada no antagonico amigo/inimigo.

Como aporte extraído do texto, destacasse a abordagem feita pelo Van Dijck, que empregou para a abordagem da securitização das migrações na Europa. O autor diz que o processo pode ser avaliado desde sua etapa inicial até sua institucionalização estabelecendo três variáveis que podem ajudar no entendimento. Neste caminho poderemos observar o processo em estado inicial, seguido por uma securitização ad hoc, posteriormente atingindo um alto grau de securitização e por último a institucionalização. Se o processo é institucionalizado denota que o assunto já não requer de tratamento emergencial e urgente se não que pode ser gerenciado com as burocracias criadas a tal fim ou pode continuar com o tratamento emergencial. Neste sentido podem se observar um processo de dessecuritização perante a institucionalização. As variáveis que podem balizar a institucionalização são, a incorporação da normativa, a mudança do discurso emergencial a rotinas administrativas e a difusão cultural da norma (BARBOSA & DE SOUZA, 2010 apud VAN DIJCK, 2006) (BAEZA, 2016 apud VAN DIJCK, 2006). Foram achadas variáveis para ajudar na medição do nível de securitização, sendo elas o grau de dramatismo e urgência empregado nos discursos, o grau com que as medidas a serem tomadas tem conflito com as normas a disposição preexistentes e por último o emprego desproporcionado da força (BAEZA, 2016). (VAN DIJCK, 2006).

É preciso destacar deste artigo um último aspecto de interesse para a pesquisa, o debate acontecido na provisão de segurança, seja por meio de medidas e ações emergenciais ou por meio de uma abordagem preventiva. Destacasse a opinião da autora ao falar que, como já foi

elencando na revisão de literatura, corre-se o risco de transformar em ameaça um fenômeno que ainda não foi materializado.

2.4.3 Vânia Carvalho Pinto Explorando a interação entre Enquadramento e a teoria de Securitização: o caso dos protestos da Primavera Árabe em Bahrain (CARVALHO PINTO, 2014)

Este estudo é de relevância pelo fato que apresenta uma ferramenta chamada enfoque de enquadre que visa complementar e ajudar nos estudos empíricos no tocante as preferencias das audiências. Inicialmente apresenta os conceitos do enquadre, sintetizados no quadro

Securitizing Actor → Existential threat → Audience			
	Dimensions	Criteria	Definitions
Resonance (felicity conditions)	Credibility	Consistency	Logical articulation of constitutive elements
		Empirical credibility	Connection with existing problems as perceived by the target group
		Credibility of the articulator(s)	Legitimacy accorded to the proponent
	Salience	Centrality	Degree of importance it assumes within the value system of the target group
		Experiential commensurability	Connections to the worldview of the target group
		Narrative fidelity	Cultural resonance

Fonte: CARVALHO PINTO, 2014

Seguidamente, apresenta o processo de securitização a ser analisado e o destaque dele é que apresenta em forma detalhada os seguintes aspectos: elenca antes de fazer a análise o ator securitizador (Rey de Bahrein), a ameaça existencial (Irán / chiítas), o objeto de referência (Monarquias de Bahrein / Golfo), o ato de fala (solicitação de intervenção militar estrangeira) e a audiência (Países do Conselho de Cooperação do Golfo GCC).

Apresentada a ameaça, e por meio da credibilidade e a proeminência procurará demonstrar a aceitabilidade da audiência. A autora conseguiu fazê-lo com êxito, aliás apresenta as medidas emergências adotadas. Cabe nos perguntar, se no âmbito da securitização das questões ambientais poderia ser aplicada a ferramenta do enquadre, inicialmente seria possível no caso de poder estabelecer qual a audiência que foi dirigido o ato de fala.

2.4.4 João Nackle Urt e Alexandre Felipe Pinho 2010 Securitização e desecuritização da Amazônia contemporânea (URT & PINHO, 2010).

O artigo dos autores destaca-se por apresentar dois processos de securitização opostos que convergem na Amazônia. Primeiramente o processo de securitização ambientalista que tem por objeto de referência a Floresta Amazônica e sua destruição como ameaça existencial seja pela emissão de gases estufa ou perda de biodiversidade. O segundo processo é apresentado como uma resposta ao primeiro que tem como principal ameaça a internalização da Amazônia por parte das potências do Norte desenvolvido, de modo direto ou por meio de ONGs. Em suma os dois processos se retroalimentam por conta dos discursos proferidos. Os autores concordam em que o melhor que pode acontecer é a desecuritização da Amazônia. Finalmente apresentam a ideia que o aprofundamento da soberania dos Estados amazônicos, principalmente aquela que versa da capacidade do Estado de se fazer presente e impor a lei no território, no contexto do caso o combate ao desmatamento, deveria ajudar a mobilizar o processo de desecuritização que irá interromper a retroalimentação dos dois processos elencados anteriormente (URT & PINHO, 2010).

Destacamos para o âmbito empírico as dificuldades que tiveram os autores, embora foi elencado o objeto de referência em ambos processos, logicamente as ameaças existências diferem por seus contrapontos. Destaca-se que em caso nenhum foi designado o agente securitizador, como assim também não foram apresentados os movimentos de securitização conforme ato de fala ou discurso. Nessa

linha, ditos processos não fazem referências nem as audiências como assim também não fazem abordagem no tocante a aceitação delas. Por último não foram identificadas medidas associadas a ditos processos.

2.4.5 Sergio Ricardo Reis Matos 2014 Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (REIS MATOS, 2014).

O artigo começa outorgando uma descrição do que a Amazônia representa a nível mundial e regional em matéria de superfície, água, florestas e recursos minerais. Logo depois apresenta dois argumentos de diferentes autores que podem se opor, por um lado faz referência ao “subdesenvolvimento sustentável” (REIS MATOS, 2014, pág. 10) e pelo outro as ameaças que as florestas úmidas da Amazônia enfrentam por parte dos desenvolvimentistas e economicistas que dão impulso ao avanço do agronegócio e a realização de represas. Finalmente apresenta o seu objetivo que é de explorar a articulação entre segurança e desenvolvimento dentre os países que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) por meio de suas estratégias de defesa.

Traz uma explicação de interesse para a pesquisa onde o autor tenta ministrar em forma cronológica uma matriz securitizaria amazônica, começando em 1970 quando foi começado a se questionar a capacidade dos países amazônicos no tocante a conservação da floresta como coração ecológico do mundo, seguidamente elenca o fato de que a Amazonia começa ser tratada por parte de atores internacionais como patrimônio da humanidade, e a possibilidade de que seja dever internacional intervir para garantir dito patrimônio, finalmente faz menção ao conceito de responsabilidade de proteger associado à questão recentemente falada. Desse jeito podemos observar como tem começado o discurso de securitização, embora sem o agente securitizador mas sim um objeto de referência que tem sua segurança ameaçada. Finalmente nos traz a conformação do Tratado de Cooperação Amazônica e sua posterior mudança a Organização, onde a

reafirmação da soberania dos países se apresenta como ponto central além da cooperação e a integração. O OCTA, pode constituir a base do processo de securitização que percebe como ameaça a internalização da Amazônia, resguardando a soberania dos países amazônicos.

O artigo tem um parágrafo que dá ideia da articulação de segurança e desenvolvimento que encontrasse no berço do processo de securitização do Brasil perante a Amazônia, parte dele é tirado da Estratégia Nacional de Defesa e do livro Branco da Defesa de 2012 “O Brasil busca securitizar o desenvolvimento, repudiando qualquer tentativa de tutela sobre suas decisões justamente pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa. O adensamento da presença do Estado, a partir da articulação das Forças Armadas ao longo das fronteiras, é considerado condição relevante para o desenvolvimento sustentável. O emprego das Forças Armadas brasileiras, por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira, amparadas em lei federal, também é uma forma (de emergência) para garantir a proteção do meio ambiente e de seus recursos (BRASIL, 2012a; 2012b).”

Finalmente, logo de apresentar os aspectos de interesse dos países membros do OCTA em matéria de segurança e desenvolvimento, e adicionando a falência elencada no OCTA referida a procura de medidas conjuntas que tenham como objetivos prevenção de ameaças extracontinentais, conclui que o êxito da securitização interna dos países pode contribuir a prevenir a concretização de ameaças extracontinentais.

Embora não seja apresentado o ator securitizador, pode se inferir pelas medidas a serem adotadas tiradas da Estratégia Nacional de Defesa. Os outros aspectos procurados nos outros artigos como movimento de segurança, discurso, audiência, não são apresentados no texto em virtude de que não era o foco dele.

Como conclusões iniciais dos estudos empíricos pode se apreciar dois aspectos de relevância que obstaculizam o que tange a realização de aplicação empírica do conceito de securitização. O primer problema achado na academia é no

tocante a identificação da audiência a que foi proferido o security move, como assim também estabelecer se dita audiência tem aceitado o discurso do agente securitizador. Deste aspecto elencado desprende-se, porém, a dificuldade de poder demonstrar que o assunto mudou do estado de politizado a securitizado e que foi atingido o patamar desejável para estabelecer uma plataforma que possa ser empregada para pôr em execução as medidas necessárias. O segundo problema, e referido a produção acadêmica como assim também da área geográfica de interesse do que se referem. Neste sentido, a maior produção acadêmica está destinada à sistematização do conceito de securitização o que reflete na pesquisa tanto positiva como negativamente, o ponto positivo é que irá trazer de antemão, as diferentes posturas que há na academia no tocante a matéria, no entanto os estudos que procuram estabelecer empiricamente têm tido uma menor produção. No tocante à área de interesse, América Latina não conta com muitos estudos de casos que possam fornecer orientações ao respeito da aplicação teórica no contexto latino-americano. Dos casos achados pode se observar que a maior parte deles analisam processos de securitização regionais, mas que fazem parte dos conhecidos processos de macro securitização, sejam no tocante à Guerra ao Terror e narcotráfico.

2.6. AGENDAS DE INTERESSE

No intuito de continuar abordando o marco teórico do tema de pesquisa iremos mudar o foco às agendas internacionais que fazem parte da temática a ser investigada, refiro-me a agendas ambiental e de recursos naturais. A ideia desta seção é apenas explorar os espaços de interesse para a nossa pesquisa, trazendo inicialmente os principais conceitos, acontecimentos e óbices nas agendas destacadas. No tocante a agenda de recursos naturais, será mapeado unicamente a ligação que ela possa ter com a agenda ambiental.

Trazer inicialmente os marcos históricos referências servirá para ter um entendimento do que foi desenvolvido em matéria ambiental no âmbito internacional. Inicialmente podemos fazer menção à Declaração de Estocolmo de 1972 sobre o meio humano, teve muitos reflexos já que com ela começa a se conscientizar a

importância da relação entre o homem e o meio ambiente, sua necessidade de desenvolvimento e estilo de vida sem comprometer a futuro as possibilidades das próximas gerações. Além disso expressa a necessidade de que sejam tidos em conta aspectos econômico, sociais e a necessidade de desenvolvimento dos países. Fala ainda no tocante aos recursos naturais, renováveis ou não, e a responsabilidade de preservar e administrar o patrimônio de flora existente. Elenca as responsabilidades dos países em desenvolvimento para atingir seus objetivos como assim também preservar o meio ambiente (ONU, 1972).

O seguinte ato de destaque na matéria foi a conferência de Rio 1992, que além de ratificar a conferência de Estocolmo o mais importante é que introduz no seu princípio 7 o conceito de responsabilidades comuns, mas diferenciadas (ONU, 1992). É importante trazer a explanação do Buzan em matéria de como é conformada uma sociedade no texto *From international system to international society* fazendo foco na concepção organizacional funcional de uma sociedade, para o tema de pesquisa é importante a abordagem que ele faz respeito as unidades do sistema ao diferenciar “entes iguais” e “entes diferentes” (BUZAN, 1993), já que esta concepção liga-se com o princípio elencado anteriormente permitindo primeiramente definir quais atores tem maior responsabilidade e cabe que tenham que responder de modo diferenciado que outro ator não desenvolvido ou emergente.

Seguem como outros aspectos destacados as Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas dentre elas a COP18 na que se tratou como continuar o protocolo de Quioto, principalmente tentando estabelecer como deveriam exatamente responder os países com maior responsabilidade e a participação dos Estados em desenvolvimento, particularmente aqueles com economias emergentes (CARNERO, 2013). Nessa linha a COP21, da qual surgiu o acordo de Paris, que tem reflexos históricos porque exige que todos os países, desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento devam adotar ações concretas na redução de suas emissões de gases de efeito estufa (CASADO CLARO, 2017).

Face a agenda ambiental e principalmente a mudança climática existe na academia diferentes versões no tocante a se a mudança climática é uma ameaça ou uma questão que potencializa outros aspectos gerando conflito. Pode ser apresentado como que a mudança climática gera escassez de recursos e, porém, a

citada escassez traz os conflitos sociais, ou que as interações sociais, políticas econômicas geram, em parte, mudanças climáticas que produziram efeitos colaterais que desencadearam em conflito (LOPEZ, 1999). Estes dois modos de enxergar a relação entre a mudança climática e o conflito está marcada na academia e não há consenso ao respeito (MCDONALD, 2018; SALEHYAN, 2008), há quem acredite que a mudança climática, como tal, não cria conflitos, mas o que as causas são os fatores humanitários associados a ela (DE SOUZA BOENO, BOENO, & MARQUES, 2015; DUPONT, 1998; HIDALGO GARCÍA, 2014). Estabelecer a relação direta entre mudança climática e conflito não é simples (BRZOSKA & FRÖHLICH, 2016), embora já existam vários estudos que estão fornecendo dados que tentam dar solidez a essa relação, como por exemplo os cinco informes de avaliação (AR1/AR2/AR3/AR4/AR5) feitos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) desde o ano 1990 onde são apresentadas as consequências que a mudança climática irá trazer no futuro, também de um modo mais marcado o artigo de Cullen e Glaser no que apresentam a um vínculo entre mudança climática e os conflitos sociais (CULLE & GLASER, 2007) nessa linha temos um trabalho na mesma publicação que apresenta uma análise empírica sobre o nexos entre mudança climática, degradação ambiental e conflito (NORDÅS & GLEDITSCH, 2007). No entanto, há estudos que discorrem falando que a mudança climática é um potenciador de conflitos e não uma causa geradora (LOPEZ, 1999; SLETTEBAK, 2012). Há também na academia opiniões céticas no tocante a relação entre mudança climática e conflito, Deudney argumentou que si realmente houvesse conexão entre eles a mudança climática deveria ser incluída como uma causa a mais que gera guerra, adiciona ainda que se a mudança climática é um fator a mais que pode gerar conflitos, invocar segurança suscita confusão como também dificulta o tratamento das questões ambientais (DEUDNEY & MATTHEW, 1999). Pelos argumentos apresentados ficam estabelecidas as duas perguntas mais importantes em matéria da agenda ambiental, uma empírica que procura estabelecer si a mudança climática é geradora de conflito e uma segunda que versa se o âmbito da segurança é o espaço correto para o debate da questão ambiental (DALBY, 2008). Na linha da segunda pergunta e até incluso ligado aos processos de securitização, segundo Biswas (Is the Environment a Security Threat p.9 apud Deudney) argumenta que o fato de tentar aplicar o conceito securitização no âmbito das questões

ambientais é um fato convincente por parte de quem conduz o Estado para legitimar a ação militar na proteção do Estado (BISWAS, 2011).

No argumento sobre a conexão entre mudanças climáticas e conflitos que é reduzido a um argumento sobre escassez de recursos e concorrência para manter o padrão de vida, há uma disjunção entre pesquisas acadêmicas sobre conflitos ambientais e as reivindicações que são frequentemente ouvidas em reportagens de jornais e artigos políticos (SALEHYAN, 2008). No entanto existem estudos que argumentam que os conflitos são favorecidos pela abundância de recursos, em virtude de que podem ser realizados financiamentos de rebeliões, ou conflitos pela distribuição e dependência das economias aos recursos naturais (LE BILLON, 2001; ROSS, 2004). Essa discrepância, pode parecer, em princípio, que não é importante, pois no fundo a abordagem é a mesma: a mudança climática aumenta a vulnerabilidade das populações que causam crises humanitárias que geram instabilidade. No entanto, há diferenças entre abordar as mudanças climáticas do ponto de vista humanitário ou do ponto de vista da segurança (HIDALGO GARCÍA, 2014), fazer o relacionamento com a segurança pode ser um meio ainda mais eficiente para dispor dos recursos necessários para combater a mudança climática (MATTEW, 2014; MCDONALD, 2018).

Na lógica do tema debatido e no tocante a soberania do Estado em matéria ambiental há duas correntes opostas em relação ao fortalecimento ou degradação dela. A primeira diz que a soberania está se debilitando face uma relação antiética entre soberania e ecologia já que os processos ambientais são de natureza transnacional e os Estados se limitam em suas ações (ETCHEGOYEN, 2015; BUSBY, 2021; CNA, 2007; FERREIRA MACHADO, FERREIRA MACHADO, & PONTES, 2019). A outra linha tem a ótica que a soberania não é debilitada e até pode ser fortalecida já que a criação de organismos multilaterais coloca o Estado no centro da questão fortalecendo sua atuação (CONCA, 1994; LOPEZ, 1999). É só preciso citar ao ex-presidente americano Al Gore, que atualmente é uma voz ambientalista, se referindo a Amazônia no ano 1989 "ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós" (The NEW YORK TIMES, 2008; LOPEZ, 1999). O apresentado pelos dois enfoques deixa um dilema aberto já que a "mudança climática adquire o rango de dilema global ao se apresentar como um fenômeno não estadual, transnacional,

difuso e ubíquo. O que foge da lógica da construção política da segurança pelos atores estatais ou não estatais” (BORRELL, 2013, pág. 10). Pelo exposto, pode ficar destacado um dilema a ser resolvido, gerar acordos internacionais que sejam cumpridos e que no relacionamento entre os Estados a suas soberanias sejam resguardadas (FRANCISCO, 2015).

Fazendo uma abordagem da agenda de recursos naturais, perceberemos também que ela está intrinsecamente ligada a agenda ambiental. O debate inicial sob a ótica dos recursos naturais, inicialmente na década de 1950 era no tocante a soberania dos recursos e o reparto dos benefícios, já na década dos 90 o foco muda a os modos de exploração dentro internacionalização das questões ambientais (SÁNCHEZ ALVAVERA, 1993), o que abre a porta ao dilema do balanço entre o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental (SCHAPER, 1991). Em matéria de sustentabilidade, percebe-se dentro dos debates a preocupação existente de que os países em vias de desenvolvimento demonstram ineficiência na planificação e gerenciamento de sua vida econômica, social e tecnológica o que pode levar a um uso predatório do ecossistema e um emprego não sustentável dos recursos naturais (BORRELL, 2008; DE SOUZA, 2019; URT & PINHO, 2010) (FERREIRA MACHADO, FERREIRA MACHADO, & PONTES, 2019). Nesta linha percebe-se um duplo discurso por parte dos atores envolvidos no qual procuram segurar seus recursos naturais enquanto ao pregar pelo livre comércio tem acesso aos recursos naturais dos países em vias de desenvolvimento (ALMINO, 1993; BLOCH, 2004), no entanto há quem entendem o desenvolvimento sustentável conforme seus três princípios da eficiência econômica; o da equidade e o da eficiência ecológica como “política ambiental global — elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processo de expansão do capital — de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais, somente apresentada como uma alternativa aos estilos de desenvolvimento anteriormente praticados” (FERNANDES, 2003, pág. 250). Sob o guarda-chuva da segurança sustentável, anteriormente mencionada, demonstra-se a ligação das agendas citadas, a escassez de recursos e a mudança climática são consideradas ameaças. (GRAY, 2009).

Michael Klare apresenta que o mundo do século 21 enfrenta uma variedade de pressões econômicas, sociais e ecológicas que ameaçam a estabilidade em muitas partes do mundo, algumas semelhantes as ocorridas em tempos anteriores e que podem se adicionar novas produto da conjuntura atual. Acredita que a competição global futura será pelo acesso ou suprimento vitais de recursos críticos como água, petróleo, gás, terra cultivável e minerais (KLARE, 2003). O Klare aprofunda na questão ambiental ao falar que tendências ambientais, como o aquecimento global, também afetarão a disponibilidade de muitos recursos globalmente, incluindo água e terras agrícolas “Embora a obtenção de suficientes suprimentos de energia esteja convertendo-se na máxima prioridade em recursos para alguns Estados, para outros o foco principal estará na água” (KLARE, 2001). Nesta linha de raciocínio, resulta necessário estabelecer modos plausíveis de como isso irá acontecer, Buzan e Waever (2003) e Becker (2007) concordam em que não acontecerá por meio de uma intervenção direta no território. Na opinião do Buzan, irá acontecer por meio de uma estratégia de penetração econômica ((BUZAN & WAEVER, 2003, pág. 310) no caso da Becker diz que será por meio do poder de influir nas decisões sobre o uso do território (BECKER, 2007, pág. 34)

Os principais conflitos soa suscitados pelo controle das fontes de água (SOARES DE LIMA et al, 2015), Federico Aznar Montesinos estabelece que os recursos são um fator de conflito na medida que eles resultam ser um bem escasso e por tanto suscitam a competência por a posse e controle, faz o seguinte planteio “Uma pergunta importante e legítima a ser feita pode se concentrar em saber se há recursos suficientes na Terra para garantir que, por muito tempo, todos os países tenham padrões de vida equivalentes aos ocidentais” (KLARE, 2003; MONTESINNOS, 2016, pág. 3). Nesta linha de raciocínio, Vandana Shiva, concorda nesta temática dizendo que a escassez de recursos se liga ao desenvolvimento de conflitos fazendo referência a água e florestas entre outros. Adiciona ainda que a escassez de água tem uma estreita relação com o desmatamento, em virtude que eles funcionam como presas naturais (Shiva, 2006) (SHIVA, 2003). Baseado no futuro da pesquisa, pode ser elencado que além da água ser uma dimensão essencial da segurança humana (SOARES DE LIMA et al, 2015 p. 37) a Amazonia, na disposição de 6.7 milhões de km² de florestas e entorno do 20% da água doce do mundo (WORLD WILDLIFE FUND, 2016), receba a preocupação da comunidade

científica nacional e internacional na manutenção do ciclo hídrico mundial (CLEMENT & HIGUCHI, 2006).

3. METODOLOGIA

3.1. TIPO DE PESQUISA

Para cumprir com os objetivos fixados, e de acordo com a estrutura da pesquisa já apresentada, a abordagem metodológica será qualitativa e, utilizando a taxonomia de Vergara, exploratória, documental e bibliográfica (Vergara, 2008, p. 44 e 45), levando em consideração o objetivo geral de desvelar o processo de securitização internacional e a resposta do Brasil.

3.2. COLETA DE DADOS

Os dados serão coletados por meio de:

- Pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, teses e dissertações com dados pertinentes ao assunto de estudo. Além disso, serão levantadas as diretrizes e regulamentações que foram dadas pelos distintos órgãos do Estado Argentino (principalmente o Ministério da Defesa).

- Pesquisa documental: serão levantados dados apenas de fontes abertas, tais como documentos oficiais e públicos, por exemplo: mensagens de lei, decretos, portarias e outros documentos oficiais argentinos, brasileiros e eventualmente britânicos que estejam relacionados à questão de estudo.

3.3. TRATAMENTO DOS DADOS

Para os dados obtidos a través do método de pesquisa bibliográfica e documental: será empregada a técnica de análise documental, entendida como um conjunto de procedimentos realizados com a finalidade de expressar o conteúdo de textos ou documentos e facilitar a recuperação de informações (Cunha, 1989).

Aliás será empregado a análise de conteúdo, Bardin (2011, p. 50) argumenta que a análise de conteúdo tem como principal objetivo desvelar “mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática”. E agrega, “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar”.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo compreende três etapas básicas: (a) pré-análise; (b) exploração do material; (c) tratamento dos dados e interpretação. A pré-análise refere-se à seleção do material e à definição dos procedimentos a serem seguidos. A exploração do material tem a ver com a implementação destes procedimentos. Por fim, o tratamento e a interpretação, referem-se à geração de inferências e dos resultados da investigação. Nesta última fase, suposições poderão ser confirmadas ou não (Vergara, 2012, p. 10).

Um aspecto central deste procedimento consiste em definir categorias pertinentes aos propósitos da pesquisa (Tesch, 1990). Segundo Bardin (2011), categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico em base aos caracteres comuns destes elementos.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSEN, R., & WILLIAMS, M. (2010). *Security Beyond the State. Private Security in International Politics*. New York: Cambridge University Press.

ACNUR. (2018). *Pacto mundial de Refugiados*. New York: ONU.

Analysis, Center For Naval. (2007). *National Security and the Threat of Climate Change*. Washington DC: CNA.

Anzellini, L., & Castro, S. (2012). Estados Medianos y la arquitectura de Seguridad Internacional: apuntes estratégicos para el caso argentino. *PostData. Revista de reflexión y análisis político*, 37-85.

Armiño, C. (2006). El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos. *CIDOB d'Afers Internacionals Nro 76*, 59-77.

ARMIÑO, C. (2006). El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos. *CIDOB d'Afers Internacionals Nro 76*, 59-77.

ARQUILA, J., & RONDFELDT. (1993). *Cyberwar is coming!* Santa Mónica: Rand.

- BAEZA, M. M. (2016). *Securitización de las fronteras en América del Sur (2004-2014)*. Buenos Aires: UNIVERSIDAD TORCUATO DI TELLA.
- Baldwin, D. A. (1997). Concept of security. *Review of International Studies*, 5-26.
- BALDWIN, D. A. (1997). Concept of security. *Review of International Studies*, 5-26.
- Balzacq, T. (2005). em The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. *European Journal of International Relations*, 171-201.
- BALZACQ, T. (2005). em The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. *European Journal of International Relations*, 171-201.
- BALZACQ, T. (2011). *Securitization theory. How security problems emerge and dissolve*. New York: Routledge.
- BALZACQ, T., LÉONARD, S., & RUZICKA, J. (2016). Securitization' revisited: theory and cases. *International Relations*, 494-531.
- BARBOSA, L., & DE SOUZA, M. (2010). Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia. *CONTEXTO INTERNACIONAL*, 121-153.
- BARDIN, L. (1996). *El Análisis de Contenido*. Madrid: Akal.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barry Buzan, Ole Weaver & Jaap de Wilde . (1998). *Security: a new framework for analysis*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Bartolomé, M. (2006). *La seguridad internacional en el siglo XXI, más allá de Westfalia y Clausewitz*. Buenos Aires: Alfabetas Artes Graficas .
- BARTOLOMÉ, M. (2006). *La seguridad internacional en el siglo XXI, más allá de Westfalia y Clausewitz*. Buenos Aires: Alfabetas Artes Graficas.
- BASEDAS, M. (2006). Seguridad humana: conceptos, experiencias y propuestas. *CIDOB D'AFERS*, 47-58.
- Bassedas, M. (2006). Seguridad humana: conceptos, experiencias y propuestas. *CIDOB D'AFERS*, 47-58.
- Beaufre, A. (1963). *Introduction a la strategie*. (C. P. Roldán, Trad.) Paris: Centre d'Etudes de Politique Etrangere.
- BECKER, B. (2007). *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond,.
- BISWAS, N. (2011). IS THE ENVIRONMENT A SECURITY THREAT? Environmental Security beyond Securitization. *INTERNATIONAL AFFAIRS REVIEW*, 1-22.

- Booth, K. (1991). Security and Emancipation. *Review of International Studies* , 313-326.
- Booth, K. (2007). Theory of world security. *Security Dialogue*, 5-25.
- BOOTH, K. (2007). Theory of world security. *Security Dialogue*, 5-25.
- BORRELL, J. J. (2013). Como hacer cataclismos con palabras. *Revista Militar*, 24-40.
- Brzoska, M., & Fröhlich, C. (2016). Climate change, migration and violent conflict: vulnerabilities, pathways and adaptation strategies. *Migration and Development*, 190-210.
- BRZOSKA, M., & FRÖHLICH, C. (2016). Climate change, migration and violent conflict: vulnerabilities, pathways and adaptation strategies. *Migration and Development*, 190-210.
- BULL, H. (2002). *A Sociedade Anárquica*. Sao Paulo: Universidad de Brasilia.
- Bull, H. (2002). *A Sociedade Anárquica* . Sao Paulo: Universidad de Brasilia.
- Busby, J. (20 de 03 de 2021). *Climate Change and National Security: An Agenda for Action Council of Foreign Relations Report*. Obtenido de Council on Foreign Relations: <https://www.cfr.org/report/climate-change-and-national-security>
- Buzan. (1991). *New patterns of global security in the twenty-first century*.
- Buzan, B. (1983). *People, States and Fears*. Brighton: Wheatsheaf.
- BUZAN, B. (1991). *New patterns of global security in the twenty-first century*.
- Buzan, B. (1993). *From international system to international society: structural realism and regime theory meet the English school*. Cambridge: The MIT Press.
- BUZAN, B. (1993). *From international system to international society: structural realism and regime theory meet the English school*. Cambridge: The MIT Press.
- BUZAN, B., & HANSEN, L. (2009). *Evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge university.
- Buzan, B., & Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUZAN, B., & HANSEN, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Buzan, B., & Waever, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge : Cambridge University Press.
- BUZAN, B., & WAEVER, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUZAN, B., WAEVER, O., & DE WILDE, J. (1998). *Security: a new framework for analysis*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Buzan, B., Weaver, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: a new framework for analysis*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CAMPBELL, D. (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CAP, C. f. (2008). *In Search of Sustainable Security*. Washington DC: Center for American Progress.
- Carnero, R. M. (2013). *El desafío de la acción internacional en materia de cambio climático después de la reunión de DOHA - 2012*. Madrid: Instituto de Estudios Estratégicos de España.
- CARNERO, R. M. (2013). *El desafío de la acción internacional en materia de cambio climático después de la reunión de DOHA - 2012*. Madrid: Instituto de Estudios Estratégicos de España.
- CARR, E. (2004). *La crisis de los veinte años (1919-1939)*. Madrid: Catarata.
- CARVALHO PINTO, V. (2014). Explorando a interação entre Enquadramento e a teoria de Securitização: o caso dos protestos da Primavera Árabe em Bahrein. *Revista Brasileira de Política* , 162-176.
- Casado Claro, M. F. (2017). El cambio climático: un caso de securitización exitosa del medio ambiente. *Relaciones Internacionales*, 31-50.
- CASADO CLARO, M. F. (2017). El cambio climático: un caso de securitización exitosa del medio ambiente. *Relaciones Internacionales*, 31-50.
- Center for American Progress. (2008). *In Search of Sustainable Security*. Washington DC: Center for American Progress.
- Center, I. D. (2018). *Global Report on Internal Displacement 2018*. Geneva, Switzerland: Global Report on Internal Displacement 2018.
- COLLINS, A. (2005). Securitization, Frankenstein's Monster and Malaysian Education. *The Pacific Review*, 567-588.

- Conca, K. (1994). Rethinking the Ecology-Sovereignty Debate. *Millennium*, 701-711.
- CORDEIRO CARVALHO, A. (2019). *Securitizacao do ciberterrorismo e o posicionamento estratégico de defesa cibernética dos Estados Unidos de América*. Rio de Janeiro: Instituto Meira Mattos.
- Culle, S., & Glaser, S. (2007). Trends and triggers: climate, climate change and civil conflict in Sub Saharan Africa. *Political Geography*, 695-715.
- CULLE, S., & GLASER, S. (2007). Trends and triggers: climate, climate change and civil conflict in Sub Saharan Africa. *Political Geography*, 695-715.
- Dalby, S. (2008). ENVIRONMENTAL CHANGE. En P. Williams, *SECURITY STUDIES* (págs. 260-273). New York: Routledge.
- DALBY, S. (2008). ENVIRONMENTAL CHANGE. En P. Williams, *SECURITY STUDIES* (págs. 260-273). New York: Routledge.
- DE CASTRO, S. S. (2019). *A securitizacao da agenda humanitaria: da intervencao internacional a reconstrucao estatal da Libia em 2011*. Rio de Janeiro: Instituto Meira Mattos.
- DE WILDE, J. H. (2007). Speaking or Doing Human Security. En M. DER BOER, & J. H. DE WILDE, *The Viability of Human Security* (págs. 185-208). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- DE WILDE, J. H. (2008). Environmental Security Deconstructed. En *Globalization and Environmental Challenges: Reconceptualizing Security in the 21st Century* (págs. 595-602). Berlin: Springer.
- Deudney, D., & Matthew, R. (1999). *Contested Grounds: Security and Conflict in the New Environmental Politics*. New York: Albany: State University of New York Press.
- DEUDNEY, D., & MATTHEW, R. (1999). *Contested Grounds: Security and Conflict in the New Environmental Politics*. New York: Albany: State University of New York Press.
- ECHAVARRIA II, A. (2010). *Preparing for One War and Getting Another?* Pennsylvania: Strategic Studies Institute (SSI).
- España, M. d. (2015). *Las migraciones como factor relevante para la seguridad y defensa*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- EUROPEIA, C. D. (2008). *Execução da Estratégia Europeia de Segurança*. Comissão europeia.
- FERNANDES, M. (2003). DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — ANTINOMIAS DE UM CONCEITO. *Raízes*, 246-260.

- FERREIRA MACHADO, F., FERREIRA MACHADO, F., & PONTES, A. (2019). A SEGURANÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA À LUZ DO CONCEITO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL DA ESCOLA DE COPENHAGUE E A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O ESTUDO DE SEGURANÇA AMBIENTAL DO SÉCULO XXI. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*.
- FLOYD, R. (2010). *Security and the Environment Securitization Theory and US Environmental Security Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FLOYD, R. (2011). Can Securitization Theory Be Used in Normative Analysis? Towards a Just Securitization Theory. *Security Dialogue*, 427-439.
- FLOYD, R. (2011). Can Securitization Theory Be Used in Normative Analysis? Towards a Just Securitization Theory. *Security Dialogue*, 427-439.
- FLOYD, R. (2015). Extraordinary or ordinary emergency measures: what, and who, decides the “success” of securitisation? *Cambridge Review of International Affairs*.
- FLOYD, R. (2015). Extraordinary or ordinary emergency measures: what, and who, decides the “success” of securitisation? *Cambridge Review of International Affairs*.
- FRANCISCO, P. (2015). *CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI' DEL SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE EL CUIDADO DE LA CASA COMÚN*. Vaticano: Vaticano.
- GOULDING JR, V. (2000). Back to the Future with Asymmetric Warfare. *The US Army War College Quarterly*, 21-30.
- GRAY, C. (2009). *After Iraq: The Search for a Sustainable National Security Strategy*. Washington DC.
- GUEDES DUQUE, M. (2008). *A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque*. Brasília DF: Universidade de Brasília.
- Hampson, F. (2008). *Human Security*. New York: Routledge.
- HAMPSON, F. (2008). *Human Security*. New York: Routledge.
- Herrera, L. (2011). Migración y seguridad: dilemas e interrogantes. *CASEDE*.
- Hidalgo García, M. d. (2014). *Cambio Climático y conflicto*. Madrid: Instituto de Estudios Estratégicos de España.
- HIDALGO GARCÍA, M. d. (2014). *Cambio Climático y conflicto*. Madrid: Instituto de Estudios Estratégicos de España.

- Hobbes, T. (1651). *Leviathan*.
- HOBBS, T. (1651). *Leviathan*.
- HOFFMAN, F. (2006). Complex Irregular Warfare: The Next Revolution in Military Affairs. *Orbis, Foreign Policy Research Institute*, 395-411.
- Huysmans, J. (1998). Revisiting Copenhagen: Or, on the creative development of a security agenda in Europe. *European Journal of International Relation*, 479-505.
- HUYSMANS, J. (1998). Revisiting Copenhagen: Or, on the creative development of a security agenda in Europe. *European Journal of International Relation*, 479-505.
- Huysmans, J. (2008). The jargon of exception — On Schmitt, Agamben and the absence of political society. *International Political Sociology*, 165-183.
- IPPC. (1990). *Primer informe de evaluación*. Ginebra.
- JACKSON, N. (2006). 'International Organizations, Security Dichotomies and the Trafficking of Persons and Narcotics in Post-Soviet Central Asia: A Critique of the Securitization Framework. *Security Dialogue*, 299-318.
- Kendall, L. (1996). *A Primer On Securitization*. Massachusetts : MIT Press.
- KENDALL, L. (1996). *A Primer On Securitization*. Massachusetts: MIT Press.
- Klare, M. (2001). The new landscape of Global Conflicts. *Foreign Affairs* .
- KLARE, M. (2001). The new landscape of Global Conflicts. *Foreign Affairs*.
- Klare, M. (2003). *Guerras por los recursos: el futuro escenario del conflicto global*. Barcelona: Urano.
- KLARE, M. (2003). *Guerras por los recursos: el futuro escenario del conflicto global*. Barcelona: Urano.
- Knoke, D. (1990). *Political Networks: The structural perspective*. New York: Cambridge.
- Knudsen, O. (2001). Post-Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization. *Security Dialogue*, 355-368.
- KNUDSEN, O. (2001). Post-Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization. *Security Dialogue*, 355-368.
- Krause, K. (2005). Seguridad humana: ¿ha alcanzado su momento? *Papers Nro 90*, 19-30.

- KRAUSE, K. (2005). Seguridad humana: ¿ha alcanzado su momento? *Papers Nro 90*, 19-30.
- Le Billon, P. (2001). The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts. *Political Geography*, 561–584.
- Leonard, S., & Kaunert, C. (2011). Reconceptualizing the audience in securitization theory. En T. Balzacq, *Securitization Theory* (págs. 57-67). New York: Routledge.
- LEONARD, S., & KAUNERT, C. (2011). Reconceptualizing the audience in securitization theory. En T. Balzacq, *Securitization Theory* (págs. 57-67). New York: Routledge.
- Lopez, A. (1999). Environmental Change, Security, and Social Conflicts in the Brazilian Amazon. *Environmental Change & Security Project Report*, 26-33.
- LOPEZ, A. (1999). Environmental Change, Security, and Social Conflicts in the Brazilian Amazon. *Environmental Change & Security Project Report*, 26-33.
- Luttwak, E. (1987). *Strategy: the logic of war and peace*. Cambridge: Harvard University Press.
- MARRONI, E. V., DE CASTRO, F., & VIOLANTE, A. R. (2019). SECURITIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: SEGURANÇA HUMANA E RESPONSABILIDADE DE PROTEGER PARA TODOS? *Revista da Escola Naval*, 63-93.
- Matthew, R. (2014). Climate Change and Human Security. En R. Matthew, *Climate Change and Human Security*. Massachusetts: MIT Press.
- MATTHEW, R., & MCDONALD, B. (2004). Networks of Threats and Vulnerability: Lessons From Environmental Security Research. *ECSP REPORT*, 36-42.
- MCDONALD, M. (2008). Constructivismo. New York: Routledge.
- MCDONALD, M. (2008). Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*, 563-587.
- MCDONALD, M. (2008). Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*, 563-587.
- MCDONALD, M. (2012). The Failed Securitization of Climate Change in Australia. *Australian Journal of Political Science*, 579-592.
- MCDONALD, M. (2018). Climate change and security: toward ecological security? *International Theory*, 153-180.
- MEIGS, M. (2000). Unorthodox Thoughts about Asymmetric Warfare. *The US Army War College Quarterly*.

- METZ, S., & JHONSON, D. (2001). *ASYMMETRY AND U.S. MILITARY STRATEGY:: DEFINITION, BACKGROUND, AND STRATEGIC CONCEPTS*. Washington: Strategic Studies Institute, US Army War College.
- Molina, M. P. (1991). *Análisis Documental. Fundamentos y Procedimientos*. Madrid: Eudema.
- Montesinos, F. A. (2016). *Los recursos y el Conflicto*. Madrid: Instituto de Estudios Estratégicos.
- MONTESINOS, F. A. (2018). *Repensando la guerra asimétrica*. Madrid: IEEE.
- MUNKLER, H. (2003). The wars of the 21st century. *International Review of the Red Cross*, 7-22.
- Myerson, R. B. (1991). *Game Theory. Analysis of Conflict*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Nogueira, J. P. (2005). *Teoria das relagoes internacionais : correntes e debates*. Sao Paulo: Elsevier.
- NOGUEIRA, J. P. (2005). *Teoria das relagoes internacionais : correntes e debates*. Sao Paulo: Elsevier.
- Nordås, R., & Gleditsch, N. (2007). Climate Change and Conflict. *Political Geography*, 627-638.
- NORDÅS, R., & GLEDITSCH, N. P. (2007). Climate Change and Conflict. *Political Geography*, 627-638.
- ONU. (1951). *CONVENÇÃO DE 1951 RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS*. New York: ONU.
- ONU. (1972). *Declaración sobre el Medio Ambiente Humano*. Estocolmo: ONU.
- ONU. (1992). *DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO*. Rio de Janeiro : ONU.
- ONU. (2012). Resolución Asamblea General 66/290 Seguimiento del párrafo 143, relativo a la seguridad humana, del Documento Final de la Cumbre Mundial 2005. *A/RES/66/290* (pág. 2). NY: ONU.
- Onuf, N. (1989). *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press.
- ONU, N. (1989). *World of our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press.

- Orozco, G. (2015). El aporte de la Escuela de Copenhague a los estudios de seguridad. *Fuerzas Armadas y Sociedad*, 141-162.
- PARIS, R. (2001). Human Security: paradigm shift or hot air? *International Security*, 87-102.
- PATOMÄKI, H. (2008). Global Security: Learning from Possible Futures. En *Globalization and Environmental Challenges* (págs. 915-927). Berlin: Springer.
- Pérez Franco, M. Á. (2016). *Seguridad Humana ¿El complemento perfecto para nuestras estrategias de seguridad?* Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos .
- PÉREZ FRANCO, M. Á. (2016). *Seguridad Humana ¿El complemento perfecto para nuestras estrategias de seguridad?* Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos.
- PNUD, P. d. (1994). *INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO*. New York: Naciones Unidas.
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (1994). *INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO* . New York: Naciones Unidas.
- REIS MATOS, S. R. (2014). Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. *Boletim Meridiano* 47, 10-16.
- REUS-SMIT, C., & SNIDAL, D. (2008). *The Oxford Handbook Of International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- ROE, P. (2008). Actor, Audience(s) and Emergency Measures: Securitization and the UK's Decision To Invade Iraq. *Security Dialogue*, 615-635.
- Ross, M. (2004). What Do We Know About Natural Resources and Civil War. *Journal of Peace Research*, 337–356.
- RUZICKA, J. (2018). Failed Securitization: Why It Matters. *Polity*.
- Salehyan, I. (2008). From Climate Change to Conflict? No Consensus Yet. *Peace Research*, 315-328.
- SALEHYAN, I. (2008). From Climate Change to Conflict? No Consensus Yet. *Peace Research*, 315-328.
- Sampieri, R. H. (2014). *Metodología de la Investigación* (6ta ed.). México D.F.: Mc Graw Hill.
- SÁNCHEZ ALVAVERA, F. (1993). El actual debate sobre los recursos naturales. *CEPAL*, 163-178.

- SCHAPER, M. (1991). *La incorporación de la dimensión ambiental dentro de los objetivos de la política comercial en los países dependientes de Commodities (UNCTAD)*. Ginebra: ONU.
- SHIVA, V. (2003). *Las Guerras del Agua, privatización, contaminación y lucro*. Buenos Aires: Siglo XXI editores.
- Shiva, V. (2006). Las guerras por los recursos naturales. *IPS Noticias*.
- SILVA, C. C. (2017). *Escola de Copenhague: Um avanço teorico*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Paraná.
- Slettebak, R. (2012). Don't blame the weather! Climate-related natural disasters and civil conflict. *Journal of Peace Research*, 163-173.
- SNYDER, M. (2009). *BACK TO BASICS*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press.
- Stritzel, H. (2007). Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond. *European Journal of International Relations*, 357-383.
- STRITZEL, H. (2007). Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond. *European Journal of International Relations*, 357-383.
- Tanno, G. (2003). *A Contribuicao da Escola de Copenhague aos estudos de Seguranca Internacional*. Rio de Janeiro: PUC.
- TANNO, G. (2003). *A Contribuicao da Escola de Copenhague aos estudos de Seguranca Internacional*. Rio de Janeiro: PUC.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative Research: anylisistypesand software tools*. New York: Falmer Press.
- The New York Times. (18 de Mayo de 2008). *www.nytimes.com*. Obtenido de [https://www.nytimes.com/2008/05/18/weekinreview/18barrionuevo.html?ref=to dayspaper](https://www.nytimes.com/2008/05/18/weekinreview/18barrionuevo.html?ref=to%20dayspaper)
- Tincker, J. A. (1995). Revisioning Security. *International Relations Theory Today*, 175-197.
- Tucídides. (1998). *Historia de la Guerra del Peloponeso*. México.
- TUCÍDIDES. (1998). *Historia de la Guerra del Peloponeso*. México.
- Ullman, R. (1980). Seguridad Internacional en los años 80. *Estudios Internacionales*, 208-235.
- ULLMAN, R. (1980). Seguridad Internacional en los años 80. *Estudios Internacionales*, 208-235.

- Ullman, R. (1983). Redefining Security. *International Security*, 129-153.
- ULLMAN, R. (1983). Redefining Security. *International Security*, 129-153.
- URT, J. N., & PINHO, A. (2010). Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea. *Meridiano 47*, 34-35.
- VAN DIJCK, D. (2006). *Is the EU policy on illegal immigration securitized? Yes Of Course! A study into the dynamics of institutionalized securitization*. Istanbul: European Conference on EU Politics.
- Vaughan-Williams, N., & Peoples, C. (2010). *Critical Security Studies: An introduction*. Oxon: Routledge.
- Verdes, F. (2015). Securitización: agendas de investigación abiertas para el estudio de la seguridad. *Relaciones Internacionales*, 111-131.
- VERDES, F. (2015). Securitización: agendas de investigación abiertas para el estudio de la seguridad. *Relaciones Internacionales*, 111-131.
- Vergara, S. (2008). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. (1998). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (2da ed.). São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. (2012). *Métodos de Pesquisa em Administração* (5ta ed.). São Paulo: Atlas.
- VERSCHUUR, X. (2020). *Environmental Justice of the Brazilian Amazon: A Discourse Analysis*. MSc. Thesis. Wageningen: Wageningen University and Research.
- Viana e Silva, C. C. (2017). *Escola de Copenhague: Um avanço teórico*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Paraná.
- VIANA E SILVA, C. C., & PEREIRA, A. E. (2019). A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. *Revista de Sociologia Política*, 0-20.
- VOURI, J. (2008). Illocutionary logic and strands of securitisation - Applying the theory of securitisation to the study of non-democratic political orders. *European Journal of International Relations*, 65-99.
- Vuori, J. (2008). Illocutionary logic and strands of securitisation - Applying the theory of securitisation to the study of non-democratic political orders. *European Journal of International Relations*, 65-99.
- Waeber, O. (1995). Securitization and desecuritization. En R. D. Lipschutz, *On security* (págs. 46-86). New York: Columbia University Press.

- WAEVER, O. (1995). Securitization and desecuritization. En R. D. Lipschutz, *On security* (págs. 46-86). New York: Columbia University Press.
- WAEVER, O. (1995). *Securitization and Desecuritization*.
- Waever, O. (1999). Securitizing Sectors? *Cooperation and Conflict*, 334–340.
- WAEVER, O. (1999). Securitizing Sectors? *Cooperation and Conflict*, 334–340.
- Waever, O. (2011). Politics, security, theory. *Security Dialogue*, 465-480.
- WAEVER, O. (2011). Politics, security, theory. *Security Dialogue*, 465-480.
- WALT, S. (2007). The Renaissance of Security Studies. *International Security*.
- Weaver, O. (1995). *Securitization and Desecuritization*.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 319-425.
- WENDT, A. (1992). Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 319-425.
- WILKINSON. (2011). The limits of spoken words,. En T. Balzacq, *Securitization Theory How security problems emerge and dissolve* (págs. 94-115). New York: Routledge.
- Wilkinson. (2011). The limits of spoken words, . En T. Balzacq, *Securitization Theory How security problems emerge and dissolve* (págs. 94-115). New York: Routledge.
- WILLIAMS, M. (2003). Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, 511-531.
- WILLIAMS, P. (2008). *Security Studies An Introduction*. New York: Routledge.
- WORLD WILDLIFE FUND. (2016). *Living Amazon: A regional approach to conservation in the Amazon*. London: WWF.
- Yepes, J. L. (1981). Estudio de Documetación General e Informativa. *Seminario Millares Carlo*, (págs. 116-141). Madrid.